DOI: 10.30612/mones.v15i29.22031

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD

Pela terra: a luta da Nação Dene por autodeterminação[1]

Glen Sean Coulthard
The University of British Columbia (UBC)
Vancouver, British Columbia, Canadá
E-mail: glen.coulthard@ubc.ca

Tradução:

Ana Carolina Teixeira Delgado
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil
E-mail: ana.delgado@unila.edu.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3297-7249

Claudia Sofia Jimenez Montalvo
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil
E-mail: sofia.jimenez4337@outlook.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-4449-3404

1 Esta tradução corresponde ao segundo capítulo do livro *Red Skin, White Masks: rejecting the colonial politics of recognition* (Pele Vermelha, Máscaras Brancas: rejeitando a política colonial de reconhecimento, em tradução livre do original em inglês), de Glen Sean Coulthard, publicado em 2014 pela University of Minnesota Press. O capítulo original leva o título de "For the Land: The Dene Nation's Struggle for Self-Determination" (pp. 51-78). A tradução conta com as devidas autorizações do autor e da editora.

Revisão técnica:

Manuela Trindade Viana
Pontificia Universidad Javeriana (PUJ)
Bogotá, D.C., Colômbia
E-mail: m.trindadeviana@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-2243-358X

Recebido em: 03/07/2026
Aceito em: 09/08/2026

> "Por 30 anos, nossas nações têm sido cooptadas por movimentos de 'auto-governo' e 'acordos por reivindicação de terras', que são objetivos definidos pelo Estado colonial e que estão em oposição flagrante com os nossos objetivos originários... Ao nosso povo, foi prometido que seriam reconhecidos como nações e que teriam suas terras devolvidas mas, em vez de cumprirem esses objetivos, fomos deixados com um caso sórdido de governamentalismo metastático"
>
> Taiaiake Alfred, Wasáse

> "Encorajar a 'diversidade cultural' requer não a separação entre cultura e política, mas sim seu casamento, e insistir nessa separação significa destruir, ou tentar destruir, a cultura"
>
> Nação Dene, 1977

Como sugerido na introdução e no primeiro capítulo do livro, um dos problemas mais comuns associados à política do reconhecimento está relacionado a como esta tem se mostrado por vezes insuficientemente informada por um "entendimento sociológico das relações de poder" (McNay, 2008, p. 3). Para os autoproclamados críticos "materialistas históricos" Frances Widdowson e Albert Howard, o conflito no centro dessas relações de poder, apagado pelo paradigma liberal do reconhecimento, é primordialmente econômico em sua origem. "Esse conflito", escrevem Widdowson e Howard, é "elaborado em todos os escritos de Marx [e] existe

entre aqueles poucos que detêm os meios de produção e aqueles que produzem todo o valor" (Widdowson; Howard, 2007, p. 264). Em outro trabalho, Widdowson e Howard argumentam de forma absurdamente reducionista que a política de reconhecimento deve ser descartada porque inerentemente "divisionista e reacionária", na medida em que "encoraja a população nativa a se identificar em termos de *etnicidade* em vez de *classe socioeconômica*" (Widdowson, 2010, s.p., ênfases do autor). Os autores, então, trivialmente concluem que é apenas "eliminando essa 'diferença' fundamental [a saber, diferença de *classe*] que poderemos nos tornar uma tribo global e o 'mundo [então] poderá viver de forma unida'" (Widdowson; Howard, 2007, p. 264).

Neste capítulo, examino de forma mais apurada a crítica da esquerda materialista à política de identidade/diferença à luz da luta da Nação Dene por reconhecimento e autodeterminação nos anos 1970 e inícios dos anos 1980. Ao fazê-lo, sugiro que a preocupação da esquerda materialista no que tange ao apagamento da economia política por questões de reconhecimento cultural é equivocada quando aplicada a contextos pertinentes ao Estado-colono (*settler state*)[2], na medida em que as reivindicações identitárias dos povos indígenas por reconhecimento estão sempre vinculadas a demandas por uma distribuição mais equitativa de terra, poder político e recursos econômicos. Com efeito, seguindo Ian Angus, argumento que, nos contextos nos quais a "cultura" é entendida em um "sentido antropológico inclusivo" para "abarcar tanto condições ideológicas como materiais", a distinção marcada entre base e superestrutura que sustenta a posição da esquerda materialista parece "um tanto inútil como ponto de partida para a filosofia social e a crítica política" (Angus, 1997, p. 3). No entanto, se tomamos uma versão modificada do desafio da esquerda materialista e examinamos a relação entre reivindicações indígenas por reconhecimento e a distinção feita pro Nancy Fraser entre formas de redistribuição "transformativas" e "afirmativas", a crítica começa a se adensar (Fraser; Honneth, 2003, pp. 72-78). Cabe lembrar que modelos de redistribuição "transformativa" são aqueles que buscam corrigir distribuições injustas de poder e recursos *na fonte*. Ou seja, não apenas buscam alterar "o *conteúdo* dos atuais modos de dominação e exploração, mas também as *formas* que dão emergência àqueles" (Day, 2005, p. 4, ênfases no original). Como veremos adiante, nos últimos 30 anos, temos testemunhado uma erosão gradual desse imaginário radical dentro da principal corrente do movimento Dene por reconhecimento e autodeterminação, o que, no contexto de reivindicações por terra e do desenvolvimento econômico, resultou em uma dissociação significativa entre os clamores indígenas de ordem "cultural" e as visões de transformação social, política e econômica que outrora constituíram tais reivindicações. O objetivo deste capítulo é elucidar em termos concretos como e por que isso ocorreu.

2 [Nota das tradutoras: No original, o autor utiliza a expressão "*settler state*", marcando o caráter violento e de ocupação/usurpação de terras indígenas pelo Estado que se formava por meios diversos, entre os quais se destacam os projetos de colonização. Por isso, optou-se aqui por manter a tradução literal do termo, a saber: "Estado-colono".]

O argumento apresentado abaixo desdobra-se em quatro seções e uma conclusão, nas quais analiso a experiência dos povos Dene dos Territórios do Noroeste (NWT, sigla em inglês), no Canadá, com o processo de acumulação primitiva. Tais seções visam a iluminar em termos mais práticos a discussão teórica que apresentei na introdução e no capítulo 1 do livro. Mais especificamente, na primeira seção, eu examino as mudanças no contexto social, político e econômico dentro do qual e contra o qual emergiu o movimento Dene por autodeterminação, nos anos 1970 e 1980. Na segunda seção, discuto o fundamento cultural baseado no local (*place-based*) subjacente à crítica da Nação Dene ao imperialismo capitalista, tal qual expressado nas audiências públicas do Inquérito sobre o Duto do Vale do Mackenzie entre 1975 e 1977. Denomino esse fundamento local de "normatividade situada" (*grounded normativity*). Nas duas seções seguintes, mostro como uma crítica similar passou a informar a nossa demanda por reconhecimento cultural na Declaração Dene de 1975, assim como três subsequentes propostas de reivindicações por terras, submetidas pela Nação Dene ao governo federal em 1976, 1977 e 1981. Argumento que todas essas quatro articulações por reconhecimento foram informadas por uma ética baseada no local que desafiou fundamentalmente a suposta legitimidade da soberania colonial sobre os territórios Dene, bem como as relações sociais capitalistas nesses territórios. Por fim, na minha conclusão, eu analiso alguns dos efeitos que a negociação de reivindicações por terra teve sobre essa ética baseada no local e como tais efeitos, por sua vez, moldaram a trajetória contemporânea da política indígena no Norte do Canadá em direção a propósitos neocoloniais. Embora o último século tenha sido marcado por diversas tentativas do Estado de integrar coercitivamente nossas terras e comunidades ao coração da modernidade capitalista, foi somente após a negociação dos acordos de reivindicação por terras, nos anos 1970 e 1980, que esse processo começou a ganhar força significativa. Nesse sentido, como sugere minha leitura de Fanon, isso levaria a crer que a acumulação primitiva foi, ao menos em parte, facilitada pelo próprio mecanismo de reconhecimento do qual nós esperávamos a proteção de nossas terras e comunidades nesse processo: a negociação de um acordo de terras.

UMA BREVE HISTÓRIA DE DENENDEH

De acordo com relatos históricos orais, desde tempos imemoriais os Dene ocuparam as terras dentro e no imediato entorno do que atualmente são os NWT, no Canadá, e ali se autogovernaram. No período aqui analisado, não raro os Dene se referiam a essa vasta terra de origem (*homeland*) como Denendeh, ou "terra do povo", que tradicionalmente abrangia uma área que se estendia por mais de um milhão de quilômetros quadrados, desde a foz do rio Mackenzie (ou Dehcho, como os Dene o chamam), ao Sul, até a ponta Norte das províncias, e a Leste até a Baía de Hudson. Atualmente, entretanto, a palavra "Denendeh" passou a

CC BY NC SA

representar grande parte da área geográfica hoje conhecida como NWT (excluindo, é claro, o território Inuvialuit[3], no extremo Norte), distinguindo-se, assim, de Nunavut (que, em 1999, foi publicamente estabelecido como território governado pelos Inuite). Ainda que imprecisos e controversos, relatos não-nativos provenientes de evidências arqueológicas e linguísticas recentes sugerem que os primeiros ancestrais diretos dos Dene migraram para a nossa localização presente há dois ou três mil anos, embora se acredite que uma população humana não especificada tenha surgido muito antes desse período (algo entre dez e 28 mil anos atrás) (Abel, 1993, pp. 3-16).

Atualmente, existem cinco regiões Dene incluídas nos limites políticos dos NWT. A região mais ao Norte é ocupada pelos Gwich'in Dene, cuja ampla extensão de terra acordada em 1992 beira o limite mais ao Sul do território reivindicado pelos Inuvialuit, acordado oito anos antes (Department of Indian Affairs and Northern Development, 1992; 2007a). Imediatamente ao Sul da área dos Gwich'in localizam-se os territórios dos Sahtu Dene (englobando os povos Hare, Mountain e Bear Lake), cujas terras estendem-se a Oeste e ao Norte do Grande Lago do Urso (também chamado de *Sahtu*, em sua língua originária). Junto com os Métis da região, os Sahtu Dene estabeleceram, em 1993, um acordo sobre as terras reclamadas (Department of Indian Affairs and Northern Development, 1993). Ao Sul da área reivindicada dos Sahtu está a região de Dehcho, ocupada pelos Dene que falam a língua Slavey. Embora a reivindicação por terras destes últimos ainda não tenha sido acordada, o território Dehcho se estende ao Sul, além do rio Mackenzie até os limites dos NWT com as províncias de Alberta e British Columbia. Ao Norte e Oeste da região Dehcho, estão os territórios dos Tlicho Dene, que se estendem do Grande Lago do Escravo (ou *Tindee/Tucho*, como se referem os Dene) ao limite dos NWT com o território Nunavut. Os Tlicho conformam o grupo mais recente Dene a resolver sua disputa por reivindicação de terras, tornada lei em 2003, no que constitui o primeiro acordo de autogoverno aborígene nos NWT (Department of Indian Affairs and Northern Development, s.d.). Finalmente, ao Sul do território Tlicho está a região de Akaitcho, ocupada pelos Weledeh (ou Yellowknives) e os Chipewyan Dene. Essa região é a minha terra de origem e se estende ao Sul do Grande Lago do Escravo até os limites dos NWT com Alberta e Saskatchewan, e ao Leste de Nunavut. Ao contrário das outras regiões mencionadas acima, em 1999 nossas comunidades decidiram levar a cabo nossas reivindicações por terra (que ainda devem ser negociadas)

3 [Nota das tradutoras: Povo Inuite que vive na região ártica Oeste do Canadá.]

via processo específico, com base no Tratado de Titulação de Terras[4] (TLE, sigla em inglês), e não através do processo abrangente de reinvindicação[5]. Embora amplamente separadas em termos geográficos, todas as nações Dene que ocupam essas regiões falam dialetos da família linguística do Norte Athapaskan e historicamente compartilham muitas similaridades em termos de crenças espirituais, ordens legais, formas de governança e sistemas econômicos.

Os anos 1950 e 1960 testemunharam profundas mudanças na paisagem econômica e política de Denendeh, todas elas passando a moldar o caráter do ativismo Dene nas décadas seguintes. Durante esse período, o aumento no custo de produtos e a queda no preço de peles de animais após a Segunda Guerra Mundial (Johnson; Ruttan, 1993, pp. 98-99; Asch, 1980, pp. 345-347; Asch, 1977, pp. 56-57; Usher, 1982a, pp. 483-529) obrigaram muitos indivíduos Dene a intensificar sua inserção na economia monetária da emergente sociedade colona. Como resultado, nos anos 1950, muitas famílias tiveram que complementar sua renda advinda da caça, do uso de armadilhas e da pesca com trabalho remunerado, assistência social e auxílio-família. Entendendo que o comércio de peles jamais se recuperaria da recessão pós-guerra, o governo federal começou a implementar políticas que visavam ao estabelecimento forçoso de comunidades Dene permanentes, argumentando que isso facilitaria a integração de trabalhadores adultos na economia salarial, ao mesmo tempo em que ofereceria condições propícias para educar crianças nativas nas habilidades necessárias para trabalhos braçais em uma economia capitalista emergente. Mesmo sendo este o caso, em finais dos anos 1960, os efeitos da acumulação primitiva ainda não haviam sido consolidados, uma vez que se formou um delicado equilíbrio entre um modo de vida baseado em atividades tradicionais de coleta, por um lado, e a renda obtida pelas transferências estatais e pelo trabalho sazonal pago, por outro lado (Asch, 1977, pp. 56-58).

A frágil "articulação" observada nos anos 1950 e 1960 entre esses dois modos de vida distintos – o capitalismo extrativista e a caça/pesca/coleta indígena – estava, contudo, amplamente ausente na esfera política, na qual o desenvolvimento do Norte estava sendo empreendido de maneira muito mais assimétrica (Abel, 1993, p. 244). O exemplo mais claro disso ocorreu em 1967, quando o Canadá anunciou planos para transferir o centro administrativo dos NWT de Ottawa para Yellowknife sem consultar a maioria da população nativa. Antes disso, a única autoridade política sobre questões concernentes aos NWT era o governo federal, em

4 [Nota das tradutoras: De acordo com esse processo, povos que não tiveram suas disputas de terras dirimidas por tratados assinados com a Coroa Britânica podem apresentar ao governo do Canadá uma reivindicação de direito a terras para que tenham seus territórios reconhecidos.]

5 De acordo com a política federal, as reivindicações específicas diferem das reivindicações abrangentes na medida em que as últimas não envolvem uma reivindicação de título aborígine, mas procuram implementar direitos e disposições específicas delineados em um tratado histórico (que a Coroa não foi capaz de cumprir), ou aqueles que decorrem da obrigação fiduciária do Estado de proteger os interesses dos povos aborígines na gestão de dinheiro, terras ou outros bens. Ver: Department of Indian Affairs and Northern Development, 2007b.

Ottawa. Após essa transferência, houve uma expansão dramática do tamanho e do poder tanto do governo dos NTW quanto de seus eleitores não-nativos. Entre 1967 e 1979, por exemplo, o governo dos NTW aumentou de 75 para 2.845 funcionários – aproximadamente 400 a mais que o número de funcionários federais empregados na região (Dickerson, 1992, pp. 89-90). Nesse mesmo período, o orçamento operacional e de capital do governo dos NWT passou de $14.584.000 a $282.167.00 – um aumento de quase vinte vezes (Dickerson, 1992, p. 90). Não surpreende que o fluxo de funcionários administrativos e suas famílias tenha afetado significativamente a população total da área, que saltou de 29 mil para 35 mil habitantes entre 1966 e 1971 (Statistics Canada, 2001, p. 1). Como os números acima indicam, um percentual expressivo desse aumento pode ser atribuído à nova burocracia formada no Norte. Como a população colona continuou a crescer, muitos dos recém-chegados começaram a pressionar o governo federal por iniciativas econômicas no Norte, especialmente a exploração de recursos não renováveis. Como era esperado, isso viria a produzir descontentamento e alienação dentro das nossas comunidades e entre diferentes grupos, uma vez que logo nos vimos compondo uma minoria em nosso território de origem, com pouca influência sobre questões pertinentes ao bem-estar de nossa terra e de nosso modo de vida. Como a Nação Dene explicou em 1984: "Embora nós [continuássemos como] a maioria da população em Denendeh [após 1967], nos vimos com menos voz na administração e nas leis de nossa terra. A cada ano, mais minas eram descobertas e abertas, estradas eram construídas, parques propostos, poços de petróleo e gás perfurados, sem nosso consentimento e, não raro, sem nosso conhecimento" (Dene Nation, 1984, p. 19).

No entanto, sob a perspectiva da população não-nativa minoritária, a devolução de poderes de Ottawa para Yellowknife pareceu refletir uma tentativa de promover um governo legítimo e responsável ao Norte da latitude de 60 graus. Esse era o posicionamento, por exemplo, da Comissão Consultiva sobre o Desenvolvimento do Governo nos Territórios do Noroeste, também conhecida como Comissão Carrothers. Em 1965, o governo federal estabeleceu essa Comissão com o intuito de investigar as preferências locais relativas ao desenvolvimento político nos NWT, incluindo a possibilidade de dividir o distrito em duas unidades geográficas (Dickerson, 1992, pp. 83-84). No ano seguinte, a Comissão documentou o testemunho de 3.039 residentes em 51 comunidades em toda a região (Evans, 1978, p. 299). Em 1966, publicou suas conclusões, sugerindo que o Canadá mantivesse os NWT intactos, mas "estabelecesse o governos dos Territórios dentro dos Territórios, decentralizasse suas operações tanto quanto possível, transferisse funções administrativas do governo central para o governo territorial, de modo que este último pudesse ser responsabilizado localmente pela administração dos assuntos públicos e pudesse se concentrar no desenvolvimento econômico e nas oportunidades para os residentes do Norte" (Dickerson, 1992, p. 86). No ano seguinte, o Canadá respondeu às recomendações, instituindo Yellowknife como capital dos NWT e comprometendo-se com o desenvolvimento de mais recursos não renováveis na área.

Não por coincidência, enquanto o governo territorial se preparava para estabelecer uma burocracia territorial em Yellowknife, crescia o entusiasmo com a possibilidade de futuras descobertas de petróleo na costa Norte do Canadá e dos Estados Unidos (Institute for Psycho-Political Research and Education, 1978, p. 318). O entusiasmo mostrou ter fundamento, pois, em 1968, uma imensa reserva de petróleo e gás natural foi descoberta sob a Baía Prudhoe, no Alasca. Quase imediatamente, o Canadá começou a analisar projetos de um consórcio de empresas para a construção de um duto multibilionário que transportaria gás pelo vale do rio Mackenzie até os mercados por todo o Sul do Canadá e dos Estados Unidos (Sutton, 1977, p. 149). Como declarou o governo federal em 1969: "Quando se deu conta da magnitude dos achados na Baía Prudhoe, era provável que (...) o gás dessa reserva (...) encontrasse seu caminho até os mercados nos Estados Unidos, através de um duto passando pelo Canadá" (Department of Indian Affairs and Northern Development, 1970, p. 4 *apud* Cox, 1991, p. 223). Naquele momento, o custo estimado do duto do vale Mackenzie fazia deste o maior projeto de desenvolvimento do setor privado na história do Canadá, possivelmente do mundo (Berger, 1977, p. ix).

Infelizmente, para os Dene, os Inuites e os Métis da região, a rota de passagem proposta para o duto – em conjunto com uma infraestrutura massiva de estradas, pistas de pouso, campos, cavas de cascalho, locais de armazenamento, travessias de rios/córregos e plantas de gás – cruzaria o Sul por toda a metade ocidental da nossa terra de origem (Berger, 1977, p. ix). Tudo isso pouco significava para os governos federal e territorial, tendo ambos mantido sua "tradição de ignorar as demandas dos nativos no Norte" (Dosman, 1975, p. xiii). Embora a maioria dos Dene, Inuites e Métis desde o começo rejeitasse contundentemente a construção imposta de um duto, essas comunidades não tinham à sua disposição meios para vocalizar a sua oposição. Como colocou Edgar Dosman à época, "não existiam canais para a articulação das preocupações [dos nativos]. Eles não tinham como saber o que estava acontecendo ou quais decisões já haviam sido tomadas. Contudo, as decisões sobre o duto e os recursos iriam afetar e provavelmente destruir suas tradições e modos de vida" (Dosman, 1975, p. 25).

A capacidade do governo federal de ignorar completamente as vozes da população indígena do Norte logo sofreria um enorme revés, entretanto. Em 1969, quando 16 chefes Dene se reuniram em Fort Smith sob os auspícios do Departamento de Assuntos Índios e Desenvolvimento do Norte, foi decidido que os Dene precisavam de um corpo político mais independente e agressivo para representar as preocupações de suas comunidades. Foi nessa reunião que as lideranças estabeleceram a Irmandade Índia dos Territórios do Noroeste (IB-NWT, sigla em inglês) – renomeada como Nação Dene, em 1978. Os Inuvialuites seguiram caminho similar e, em 1970, estabeleceram o Comitê para os Direitos dos Povos Originários (COPE, sigla em inglês). Em 1971, foi criado o Inuite Tapirasat do Canadá para tratar das preocupações de todos os Inuites no Canadá, incluindo aqueles dentro dos NWT. E, finalmente, em 1972, foi criada a Associação Métis dos Territórios do Noroeste para representar os interesses

CC BY NC SA

dos Métis e a população Dene sem status. Embora cada organização tivesse preocupações e visões distintas quanto ao escopo do desenvolvimento do Norte, todas as três se uniram em defesa dos interesses dos povos indígenas contra a visão de expansão econômica e política que o Estado e a indústria haviam começado a impor agressivamente na década anterior[6] (Kulchyski, 2005, pp. 61-62).

Para os Dene, esse esforço conjunto emergiria como uma das primeiras e maiores ordens do dia da IB-NWT. A iniciativa mostrou resultados em 1973, quando o chefe François Paulette, de Fort Smith, junto a outros 15 chefes representados pela IB-NWT, apresentou uma notificação de advertência junto ao Cartório de Registro de Títulos de Terras dos Territórios do Noroeste, alegando interesse Dene em mais de um milhão de quilômetros quadrados dos NWT[7] (Re: Paulette and Registrar of Land Titles, 1973; Abel, 1993, p. 250). Em resposta, a Coroa questionou o direito dos Dene de registrar a notificação; no entanto, mais tarde naquele ano, o magistrado William G. Morrow da Suprema Corte dos NWT decidiu que a demanda do povo Dene era "potencialmente legítima e que eles ao menos tinham o direito de serem ouvidos" (Abel, 1993, p. 250). Em seguida, Morrow julgou a favor dos Dene, alegando que esse "povo indígena" tinha um interesse evidente na terra abrangida pela notificação apresentada e que "eles são detentores do que é conhecido como direitos aborígenes" (Morris, 2000, p. 138). O mais importante, entretanto, foi a conclusão de Morrow de que evidências históricas sugeriam ser improvável que os Dene tivessem intencionalmente abdicado de seu título às terras contempladas nos Tratados 8 e 11, negociados com a Coroa em 1900 e 1921, respectivamente[8]. Apesar da apelação e subsequente rejeição do caso com base em tecnicalidades, as questões levantadas pelo magistrado Morrow quanto à persistente validade da titulação das terras por parte dos aborígenes nunca foram contestadas no processo.

Houve dois desdobramentos desse impulso observado no ativismo nativo no início dos anos 1970. Primeiramente, em 8 de agosto de 1973, mês anterior à decisão proferida pelo magistrado Morrow em *Re: Paulette*, o governo federal anunciou uma nova e abrangente política de reivindicação por terras (Department of Indian Affairs and Northern Development, 1973). O anúncio, que veio à tona em meio às crescentes preocupações nativas sobre os rumos da industrialização no Norte; a uma ampla resistência das Primeiras Nações ao "White Paper" de 1969, elaborado pelo governo federal sobre a política índia; e à decisão da Suprema Corte do Canadá no caso Calder, de 1973, basicamente revertia uma política de 52 anos com base na qual o Estado se recusava a tratar de disputas por terras de povos nativos em casos nos quais permaneciam em aberto questões sobre a existência de título aborígene. Porque os Dene ha-

6 Sobre as distintas perspectivas ideológicas de cada organização *vis-à-vis* o desenvolvimento do Norte, ver: Usher, 1993, pp. 110-111.

7 Para uma discussão sobre a ressalva (*caveat*) da notificação apresentada, ver: Abel, 1993, p. 250.

8 Para uma história dos Tratados 8 e 11, ver: Fumoleau, 2004.

viam asseverado, em sua notificação, que jamais haviam abdicado de seus direitos políticos e do título legal sobre seus territórios tradicionais ainda que tivessem assinado os Tratados 8 e 11, a Coroa procedeu com a nossa reivindicação sob o marco de sua nova política, instituída para tratar de casos "calcados na afirmação do persistente título aborígene sobre terras e recursos". O propósito da nova política, reafirmado em 1981, consiste em "substituir as demandas por direitos aborígenes sem definição por um pacote de direitos e benefícios claros a partir do estabelecimento de um acordo" (Department of Indian Affairs and Northern Development, 2002, p. 1).

O segundo desdobramento foi a instauração do Inquérito sobre o Duto do Vale do Mackenzie, também conhecido como "Inquérito Berger". Quando ficou claro que não mais seria possível simplesmente desconsiderar os direitos dos povos indígenas do Norte, a Coroa concordou em apoiar uma "comissão de inquérito" para investigar os potenciais impactos ambientais e sociais do projeto do vale do Mackenzie. Sob pressão política do Novo Partido Democrata, a administração Trudeau selecionou, com alguma relutância, o ministro Thomas Berger – um franco ambientalista e defensor dos direitos dos povos nativos – para liderar a investigação. Com trabalhos iniciados em meados de 1975, a comissão viajou pelo Norte do país, registrando depoimentos, opiniões e preocupações de centenas de testemunhas especializadas e cerca de milhares de indivíduos que provavelmente viriam a ser afetados pelo projeto, tanto nativos quanto não-nativos. Após ouvir testemunhos por 21 meses, Berger publicou seu relatório de dois volumes intitulado *Northern Frontier, Northern Homeland* [Fronteira do Norte, Terra de Origem do Norte, em tradução livre do original em inglês], recomendando que o gasoduto jamais fosse construído ao longo da encosta Norte do Yukon, entre Prudhoe Bay e o delta do rio Mackenzie, e que fosse instituída uma moratória de dez anos para a construção do projeto do vale do Mackenzie, idealmente dando tempo para que reivindicações ambientais e por terras nativas fossem resolvidas (Berger, 1977, pp. xxvi-xxvii). Dez anos depois, refletindo sobre a importância do Inquérito Berger para as lutas dos povos indígenas, Frances Abele escreveu: "Provavelmente nenhuma comissão real ou inquérito público chamou a atenção de um público tão vasto e diversificado, ou provocou, anos após a sua conclusão, reações emocionais tão intensas" (Abele, 1983, p. 1).

"ESSE NÃO É O NOSSO MODO": DESAFIANDO O DESENVOLVIMENTO COLONIAL

Em meados dos anos 1970, os Dene já haviam desenvolvido uma análise radical do desenvolvimento colonial e utilizavam tanto a IB-NWT quanto o Inquérito Berger para vocalizar seu posicionamento. Como observa Peter Usher, essa análise consistia em uma crítica

CC BY NC SA

fundamental "ao capitalismo e à industrialização" (Usher, 1993, p. 111). A respeito desse ponto, quero retomar um argumento que fiz no capítulo introdutório do livro, sobre a diferença entre o fundamento normativo subjacente ao anticolonialismo e ao anticapitalismo indígena e aquele que sustenta sentimentos similares dentro da tradição radical ocidental, especialmente o marxismo. Na introdução, em referência aos dois pilares da tese da acumulação primitiva de Marx, eu afirmei que, no Canadá, a história e experiência de expropriação teriam estruturado a relação política entre os povos indígenas e o Estado em maior medida do que a proletarização. Ainda, sugeri que a experiência primária de expropriação é o que tende a alimentar as formas mais comuns de resistência e crítica indígena à própria relação colonial. Mais especificamente, as lutas indígenas contra o imperialismo capitalista são mais bem entendidas como lutas orientadas em torno da questão da *terra* – lutas não apenas *por* terra, mas também profundamente *informadas* pelo que a terra, enquanto um modo de *relação* recíproca (que, em si, é informada por práticas baseadas no local e pela forma de conhecimento associada a estas), nos ensina sobre viver nossas vidas em relação uns aos outros e com o nosso entorno de uma forma respeitosa, não-dominadora e não-exploratória. Esse enquadramento ético propiciado pelas práticas baseadas no local e suas formas associadas de conhecimento é o que chamo de "normatividade situada".

Em seu inovador trabalho *God is Red*, publicado em 1972, o filósofo Lakota Vine Deloria Jr. argumenta que umas das diferenças mais significativas entre a metafísica indígena e a ocidental gira em torno da importância central da terra para os modos de ser, o pensamento e a ética indígena (Deloria Jr., 1992, pp. 61-76). Quando a "ideologia está dividida de acordo com [as tradições] índia americana e europeia ocidental", escreve Deloria, "essa diferença fundamental é de grande importância filosófica. Índios americanos percebem suas terras – *lugares* – como dotadas do mais alto significado possível, e todas as suas declarações trabalham com esse ponto de referência" (Deloria Jr., 1992, p. 62, ênfase do autor). Já a maioria das sociedades ocidentais tende a derivar significado do mundo em termos de história e desenvolvimento, posicionando, assim, o *tempo* como a narrativa de central importância (Deloria Jr., 1992). Deloria, então, conclui: "Quando um grupo está preocupado com o problema filosófico do espaço e o outro com o problema filosófico do tempo, as declarações de cada grupo não fazem muito sentido quando transferidas de um contexto ao outro sem uma consideração apropriada sobre o que está em jogo" (Deloria Jr., 1992, p. 63).

Ao chamar nossa atenção para a distinção entre a compressão de mundo indígena baseada no lugar e aquela ocidental, baseada no tempo, Deloria não simplesmente pretende reiterar o óbvio – de que a maioria das sociedades indígenas possui uma vinculação profunda com sua terra de origem. O que Deloria busca é explicar a posição que a terra ocupa como um enquadramento ontológico para que possamos entender o sentido das *relações* para os povos indígenas. Visto por esse prisma, pensar a terra ou o lugar como simplesmente um objeto material de profunda importância para as culturas indígenas (embora seja isso tam-

CC BY NC SA

bém) consiste em um enorme equívoco; em vez disso, a terra deve ser compreendida como um campo de "relações das coisas entre si" (Deloria Jr., 2001, p. 23). O lugar é uma forma de conhecer, experimentar, e de se relacionar com o mundo e com os demais; e, por vezes, essas práticas relacionais e esses modos de conhecimento guiam formas de resistência contra outras racionalizações do mundo que ameaçam apagar ou destruir nossos sentidos de lugar (Cresswell, 2004, p. 11). Argumento que é precisamente esse o entendimento de terra que fundamenta nossa crítica ao colonialismo e ao capitalismo nos anos 1970 e início dos anos 1980. No dialeto Weledeh de Dogrib (a língua da minha comunidade), por exemplo, "terra" (ou *dè*) é traduzida em termos relacionais como aquilo que abarca não apenas a terra (entendida aqui em termos materiais), mas também pessoas e animais, rochas e árvores, lagos e rios, e assim por diante (Legat, 2012). A partir dessa ótica, somos tão parte da terra quanto qualquer outro elemento. Além disso, dentro desse sistema de relações, acredita-se que os seres humanos não são os únicos constituídos de espírito ou agência. Eticamente, isso significa que os humanos possuem certas obrigações com a terra, os animais, as plantas e os lagos, da mesma forma que possuem obrigações perante outras pessoas. E, se tais obrigações são cumpridas, então a terra, os animais, as plantas e os lagos seriam recíprocos e cumpririam suas obrigações junto aos humanos, garantindo, assim, a sobrevivência e o bem-estar de todos ao longo do tempo[9]. Considere, por exemplo, a seguinte estória, contada por George Blondin, um respeitado ancião Sahtu Dene. O conto relata a experiência de seu irmão Edward enquanto caçava um alce:

> Edward estava caçando perto de um pequeno rio quando ouviu um corvo grasnando ao longe, à sua esquerda. Como não são capazes de matar animais, os corvos dependem de caçadores e lobos para que matem a comida para eles. Voando alto no céu, eles avistam animais que estão longe demais para serem vistos por caçadores ou lobos. Os corvos, então, voam até o caçador e chamam sua atenção, grasnando alto, para depois voarem de volta ao local onde os animais se encontram.
> Edward parou e olhou o corvo com atenção. O corvo fez duas viagens de ida e volta na mesma direção. Edward mudou de direção bruscamente e caminhou rumo àquela para a qual o corvo estava voando. Não havia pegadas de alce, mas ele continuou seguindo o corvo. Quando chegou à margem do rio, Edward viu dois alces grandes alimentando-se. Ele os abateu a tiros, esfolou-os e cobriu a carne com as peles.
> Antes de deixar o local, Edward colocou um pouco de carne na neve para o corvo. Ele sabia que, sem o pássaro, não teria conseguido carne alguma naquele dia (Blondin, 1990, pp. 155-156).

9 Para uma discussão sobre terra-como-relação no contexto Dene, ver: Zoe; Chocolat; Legat, 1995, p. 5; Erasmus, 2009, pp. x-xv. Para análises semelhantes em outros contextos indígenas, ver: Basso, 1996; Nadasdy, 2007, pp. 25-43; Thornton, 2008.

Observem como a narrativa de Blondin não apenas enfatiza a consciência e agência individual do corvo, mas também a relação entre o caçador e o pássaro como mutuamente interdependente. A cooperação entre Edward e o corvo revela um claro exemplo da ética de reciprocidade e partilha que subjaz a compreensão Dene sobre sua relação com a terra.

Nas décadas que antecederam o Inquérito sobre o Duto do Vale do Mackenzie, ficou claro para muitas pessoas dentro das nossas comunidades que os imperativos organizacionais da acumulação de capital significavam uma afronta ao nosso entendimento normativo do que constituíam relações adequadas – relações entre pessoas, relações entre humanos e seu ambiente, e relações entre indivíduos e instituições de autoridade (sejam econômicas ou políticas). Embora, em meados dos anos 1970, essa normatividade situada tenha sido desgastada por décadas de *deslocamentos* coloniais, ainda funcionava o suficiente para enquadrar tanto a nossa crítica ao desenvolvimento capitalista quanto os nossos modos de pensar sobre como deveríamos estabelecer relações políticas e econômicas dentro das nossas próprias comunidades e com o Canadá, baseadas nos princípios de reciprocidade e de obrigação mútua. Não por coincidência, Peter Kulchyski destaca bem essa característica espacial da luta indígena em seu excelente livro *Like the Sound of a Drum: Aboriginal Cultural Politics in Denendeh and Nunavut* [Como o Som de um Tambor: política cultural aborígene em Denendeh e Nunavut, em tradução livre do original em inglês], ao escrever: "É possível argumentar que o que distingue precisamente as lutas anticoloniais das abordagens marxistas clássicas sobre a classe trabalhadora é que a opressão para o colonizado é registrada na dimensão espacial – como *expropriação* – enquanto, para os trabalhadores, a opressão é medida como exploração, como o roubo do *tempo*" (Kulchyski, 2005, p. 88, ênfases no original). Aqui, eu apenas agregaria que os modos indígenas de pensar sobre relações não-opressivas são geralmente expressados também com base na referência espacial.

Qualquer olhar superficial sobre os testemunhos indígenas registrados no âmbito do Inquérito Berger revela com clareza o significado da terra em nossa crítica do desenvolvimento colonial. Uma das declarações mais contundentes a esse respeito foi emitida por Philip Blake, Dene proveniente de Fort McPherson. Vejam os três sentidos inter-relacionados de "terra" em jogo em sua narrativa: terra-como-recurso central a nossa sobrevivência material; terra-como--identidade como constitutiva de quem somos como povo; e terra-como-relação:

> Se a nossa nação índia estivesse sendo destruída para que as pessoas pobres pudessem ter a chance de partilhar as riquezas do mundo, tenho certeza de que o povo índio consideraria seriamente abrir mão dos nossos recursos. Mas vocês realmente esperam que abdiquemos de nossas vidas e nossas terras para que aquelas poucas pessoas que são as mais ricas e poderosas no mundo possam manter sua posição de privilégio?
> *Esse não é o nosso modo*.

> Acredito fortemente que nós de fato temos algo a oferecer à sua nação; algo distinto de nossos minerais, no entanto. Acredito ser do interesse da sua nação permitir que a nação índia sobreviva e se desenvolva do nosso próprio modo, na nossa própria terra. Por milhares de anos, nós vivemos com a terra, cuidamos da terra, e a terra cuidou de nós. Não acreditamos que a nossa sociedade tenha que crescer e se expandir e conquistar novas áreas para que possamos realizar nosso destino como povo índio.
> Nós vivemos com a terra; não tentamos conquistar, controlar ou roubar suas riquezas. Nós não tentamos adquirir mais e mais riquezas e poder, não tentamos conquistar novas fronteiras, superar nossos pais, ou nos assegurarmos de que a cada ano estaremos mais ricos que no ano anterior.
> Estamos satisfeitos de ver nossa riqueza como nós mesmos e a terra com a qual vivemos. Nosso maior desejo é conseguir transmitir essa terra a gerações futuras nas mesmas condições que nossos pais nos transmitiram. Não buscamos melhorar a terra, e não buscamos destruí-la.
> *Esse não é o nosso modo*.
> Acredito que a sua nação queira nos ver não como uma relíquia do passado, mas como um modo de vida, um sistema de valores através do qual vocês poderão sobreviver no futuro. Isto, nós estamos dispostos a compartilhar (Blake, 1977, pp. 7-8, ênfases do autor).

Quando Blake, em seu testemunho, sugere que, como "povo índio", devemos rejeitar o ímpeto patológico pela acumulação que alimenta a expansão capitalista, ele está baseando sua declaração em uma concepção de identidade Dene que nos situa como parte inseparável de um sistema abrangente de relações interdependentes que abarcam a terra e os animais, gerações passadas e futuras, assim como outras pessoas e comunidades. Para muitos nativos à época do Inquérito Berger, essa concepção relacional de identidade não era negociável; constituía uma característica fundamental do que significava ser Dene. Ademais, tal concepção também demandava que nos comportássemos de acordo com certas normas ético-políticas que enfatizavam, entre outras coisas, a importância da partilha, do igualitarismo, respeitando a liberdade e a autonomia tanto de indivíduos como de grupos e reconhecendo as obrigações de cada um de nós não apenas junto a outras pessoas, mas também em relação ao mundo natural como um todo[10]. Aqui, eu sugiro que foi essa ética situada localmente que serviu de base para a nossa crítica do duplo imperativo da soberania colonial e da acumulação capitalista que passou a ditar o curso do desenvolvimento do Norte no período do pós-guerra. Na seção seguinte, eu mostro como essa mesma base moldou a demanda da Nação Dene por reconhecimento e por autodeterminação nos anos posteriores.

10 Ver, por exemplo: Malloch, 1984. Ver também: Barnaby; Kurszewski; Cheezie, 1977, pp. 120-129; Berger, 1977, pp. 93-100.

A DECLARAÇÃO DENE: COMPREENDENDO O NACIONALISMO INDÍGENA

Em 19 de julho de 1975, na segunda Assembleia Geral Anual Conjunta da Irmandade Índia dos NWT e da Associação dos Métis e dos Indígenas Sem Status dos NWT, mais de 300 delegados indígenas votaram de maneira unânime em favor da adoção do que rapidamente ficou conhecido como "Declaração Dene" – um manifesto político demandando o "reconhecimento" integral dos Dene como uma nação com direito à "autodeterminação" "dentro do país Canadá" (Dene Nation, 1977, p. 3). Em *Heeding the Voices of Our Ancestors* [Dando Ouvidos às Vozes de Nossos Ancestrais, em tradução livre do original em inglês], Gerald Taiaiake Alfred oferece uma teoria do nacionalismo indígena que nos ajuda a compreender a articulação politizada de indigeneidade presente na Declaração Dene. Segundo Alfred, expressões indígenas de nacionalidade (*nationhood*) são "mais precisamente interpretadas como dotadas tanto de um centro relativamente estável, que persiste no tempo, quanto de elementos periféricos, que são facilmente adaptados ou manipulados para acomodar as demandas de um ambiente político particular" (Alfred, 1995, p. 14). Para Alfred, as identidades políticas indígenas não se baseiam em essências claramente delineadas, tampouco são meramente "inventadas" para corresponder a aspirações políticas cambiantes; na verdade, as articulações indígenas de nacionalidade devem ser entendidas como aquelas informadas por um complexo de práticas e tradições culturais que sobreviveram à investida violenta do colonialismo e continuam a estruturar a forma e o conteúdo do ativismo indígena no presente[11]. Ao contrário de muitas outras formas de nacionalismo, Alfred rapidamente aponta que a maioria dos movimentos indígenas não busca reconhecimento e autodeterminação "através da criação de um novo Estado, e sim por meio do alcance de uma soberania cultural e de uma relação política baseada na autonomia de grupo refletida em arranjos formais de autogoverno" (Alfred, 1995, p. 14).

O nacionalismo Dene durante esse período pode ser compreendido dentro de um enquadramento cultural similar – como um reavivar dinâmico de conceitos políticos Dene, articulados de forma a contemplar os objetivos econômicos e políticos da sociedade Dene contemporânea. Para tal, embora nosso movimento estivesse firmemente ancorado em valores e conceitos políticos enraizados na já mencionada concepção relacional com a terra, também incorporava ativamente novos discursos sociais e políticos que complementassem essas tradições mais antigas (Abel, 1993, p. 231).

Muitos desses discursos foram elaborados para articular nossa visão de uma relação política pós-colonial com o Canadá, incluindo a economia política marxista, a análise de sistemas-

11 Ver: Alfred, 1995, p. 178. Sobre o nacionalismo como "tradição inventada", ver: Anderson, 1983; Hobsbawm; Ranger, 1983.

-mundo, teorias do desenvolvimento e subdesenvolvimento, e o anticolonialismo do Terceiro Mundo (Usher, 1993, p. 99). Ainda que todas essas ferramentas conceituais tenham ajudado a moldar, em diferentes graus, as nossas visões sobre colonialismo e autodeterminação, quero destacar aqui uma dessas ferramentas que continua sendo especialmente relevante até os dias atuais: o conceito marxista de "modo de produção"[12]. Em sua formulação mais ampla, "modo de produção" abrange dois processos sociais inter-relacionados: os recursos, a tecnologia e o trabalho que um povo emprega para produzir o que necessita para se sustentar materialmente ao longo do tempo, e as formas de pensamento, comportamento e relações sociais que *tanto condicionam quanto são condicionadas por essas forças produtivas* (Kulchyski, 2005, p. 38). Como a soma desses dois processos inter-relacionados, um "modo de produção" pode ser interpretado, como Marx frequentemente o fazia, como uma forma ou um "modo de vida". Um "modo de produção não deve ser considerado simplesmente como a produção da existência física dos indivíduos", escreveram Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*. "Em vez disso, trata-se de uma forma definida de atividade desses indivíduos, uma forma definida de *expressar suas vidas*, um *modo de vida* definido por parte deles"[13] (Marx, 1987, p. 161, ênfases do autor). A meu ver, esse entendimento amplo de modo de produção enquanto *modo de vida* reflete de maneira precisa o que constituía o termo "cultura" no sentido empregado pelos Dene, e o que os clamores por *reconhecimento cultural* buscaram assegurar através da negociação de uma reivindicação por terra. Em poucas palavras, nas três propostas examinadas, a nossa demanda por reconhecimento buscou proteger a "totalidade social intrinsicamente interconectada" de um *modo de vida* distinto (Kulchyski, 2005, p. 38); uma vida na/com a terra que enfatizasse autonomia individual, responsabilidade coletiva, autoridade não-hierárquica, posse comunal da terra e ajuda mútua (Asch, 1977), e que nos sustentasse "econômica, espiritual, social e politicamente" (Ryan, 1995, p. 1). Como escreveu Goerge Barnaby em 1976: "A reivindicação de terras é a nossa luta para obter reconhecimento como um grupo diferente de pessoas – com nosso próprio modo de enxergar as coisas, nossos próprios valores, nosso próprio estilo de vida, nossas próprias leis (...) [É] uma luta por autodeterminação utilizando o nosso próprio sistema, com o qual sobrevivemos até agora" (Barnaby; Kurszewski; Cheezie, 1977, p. 120).

Entender "cultura" como a totalidade social interconectada de um *modo de vida* específico, que abarca a dimensão econômica, política, espiritual e social, é crucial para compreender

12 No que tange à aplicação do conceito de "modo de produção" para a autodeterminação Dene, ver: Asch, 1982, pp. 347-371; Kulchyski, 2005, pp. 34-42, 103-104. Ver também: Brody, 1987; 1988; 2000; Usher, 1976, pp. 28-32; 1982a, pp. 483-529; 1982b, pp. 177-186; 2003, pp. 365-382).

13 Na citação completa, lê-se: "[Um] modo de produção não deve ser considerado simplesmente como a produção da existência física dos indivíduos. Em vez disso, trata-se de uma forma definida de atividade desses indivíduos, uma forma definida de *expressar suas vidas*, um *modo de vida* definido por parte deles. Tal qual os indivíduos expressam a sua vida, tal qual eles são. O que são, portanto, coincide com a sua produção, tanto o que produzem quanto como produzem" (Marx, 1987, p. 161, ênfases do autor).

a resposta estatal ao desafio colocado por nossas propostas de reivindicação de terra. Como veremos na seção seguinte, e como Fanon teria previsto, o Estado circunscreveu os termos e o conteúdo do reconhecimento que estava disposto a nos oferecer por meio da negociação de um acordo de terras. Conforme apontado anteriormente, a Coroa concordou em contemplar a reivindicação de terras porque, com isso, esperava "extinguir" os amplos e indefinidos direitos e as reivindicações de titularidade das Primeiras Nações em troca de um conjunto limitado de direitos e benefícios estabelecidos no texto do próprio acordo. Nos anos 1970, o Canadá ainda exigia a "cessão, liberação e renúncia" explícita do título e dos direitos dos aborígenes previamente à resolução de um acordo que, da perspectiva da Coroa, era a maneira mais segura de alcançar a "garantia" política e econômica necessária para satisfazer o interesse estatal de abrir os territórios indígenas a um maior investimento econômico e desenvolvimento capitalista[14]. Embora o Estado já não exija a "extinção" formal dos direitos aborígenes como pré-condição para um acordo, o propósito do processo permaneceu o mesmo: facilitar a "incorporação" de povos e territórios indígenas ao modo capitalista de produção e garantir que "visões socioeconômicas" alternativas não ameacem o funcionamento desejado da economia de mercado (Green, 2003, p. 52). Com esse objetivo firmemente em marcha, tanto o Canadá quanto os NWT insistiram em negociar um acordo de terras baseado nos seguintes dois princípios: primeiro, que uma reivindicação política à autodeterminação dos Dene era inválida; segundo, que qualquer acordo buscasse alcançar "finalidade" por meio da extinção daquilo que persistia como direitos e título dos Dene, em troca do reconhecimento e proteção institucionais de certos aspectos da "cultura" Dene. No entanto, para o Estado, reconhecer e acomodar o "cultural" através da negociação de reivindicações de terra *não* envolvia o reconhecimento de formas alternativas de autoridade política e econômica indígena, como sugere o conceito de modo de produção/modo de vida. Em vez disso, o Estado insistia que qualquer acomodação institucionalizada da diferença cultural indígena devia ser reconciliável com *uma* formação política – a soberania colonial – e *um* modo de produção – o capitalismo.

REIVINDICAÇÕES POR TERRA E A DOMESTICAÇÃO DA NACIONALIDADE DENE

Em seu *Study on Treaties, Agreements and Other Constructive Arrangements between States and Indigenous Populations* [Estudo sobre Tratados, Acordos e Outros Arranjos Construtivos entre Estados e Populações Indígenas, em tradução livre do original em inglês], de 1999, o relator especial da Subcomissão das Nações Unidas para a Prevenção da Discriminação e para

14 Para uma elaboração mais abrangente sobre esse ponto no contexto das reivindicações por terras na Columbia Britânica, ver: Alfred, 2001, pp. 37-66; Woolford, 2005; Slowey, 2008.

a Proteção das Minorias, Miguel Alfonso Martínez, examina as inúmeras técnicas e lógicas adotadas pelos regimes de colonialismo de povoamento para "domesticar" o status "internacional" das nações indígenas, colocando assim as suas reivindicações diretamente sob a "competência exclusiva" da "jurisdição interna" dos Estados-nação não-indígenas (Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, 1999, p. 30). A seguir, a análise das três propostas de reivindicação por terra apresentadas ao governo federal pela Nação Dene entre 1976 e 1981 revela que, em vez de reconhecer nosso direito à autodeterminação, tanto o governo dos NWT quanto o governo do Canadá defenderam, nesse processo, um discurso despolitizado dos "direitos culturais" indígenas, utilizado para justificar a hegemonia dos interesses econômicos e políticos não-indígenas sobre o território Dene. Desse modo, veremos que, na perspectiva do Estado, o processo de reivindicações por terra constitui um mecanismo fundamental para a "domesticação" das reivindicações indígenas por um *status* de nação (*nationhood*).

Em 25 de outubro de 1976, a IB-NWT, sob a liderança de Georges Erasmus, apresentou ao governo federal uma proposta de reivindicação por terra que buscava acomodar a robusta forma de reconhecimento expressa na Declaração Dene. Intitulada "Acordo de Princípio entre a Nação Dene e Sua Majestade a Rainha, em Direito do Canadá", a proposta instava o governo federal a negociar com a Nação Dene com base em uma ampla lista de princípios, incluindo o reconhecimento do direito Dene à autodeterminação; o direito de manter a propriedade de uma parcela significativa de nossos territórios tradicionais; o direito de exercer jurisdição política sobre os territórios em questão; o direito de praticar e preservar nossas línguas, costumes, tradições e valores; e o direito de desenvolver nossas próprias instituições políticas e econômicas. Todos esses direitos, nós reivindicávamos, seriam exercidos "dentro da Confederação", através do estabelecimento de um "governo Dene", investido de autoridade política sobre a terra e sobre os assuntos sob a jurisdição dos governos federal e territorial (Indian Brotherhood of the Northwest Territories, 1977, pp. 185-187).

Essencialmente, o "Acordo de Princípio" de 1976 delineava, em termos gerais, os fundamentos para a construção de uma relação renovada com o Estado, que garantiria um grau de autonomia política e econômica indígena sem precedentes na história dos acordos de reivindicação por terra no Canadá (Helm, 2000, p. 265). Embora a *forma* específica que essa autonomia assumiria não fosse especificada no Acordo, diversas declarações e relatórios de pesquisa produzidos pelos Dene durante esse período sugerem que essa autonomia seria radicalmente distinta das instituições econômicas e políticas da sociedade dominante. No que se refere ao desenvolvimento político, por exemplo, a IB-NWT enfatizou a necessidade de construir instituições políticas contemporâneas com base no princípio tradicional da soberania popular e da tomada de decisões por consenso, incluindo, assim, o mais amplo espectro possível de

Dene na formação da política de governo[15]. Tal compromisso com a construção de formas alternativas de governança materializou-se politicamente em 1976, quando a IB-NWT anunciou que oficialmente passaria a boicotar a participação no governo territorial, argumentando que este constituía uma "instituição colonial" que não representava as perspectivas do povo Dene e que isso se refletia no próprio *estilo* e na *estrutura* de governo[16]. O boicote durou até 1979. George Barnaby, um dos dois representantes eleitos Dene que renunciaram à política territorial em 1976 (sendo o outro James Wah-Shee), explicou sua motivação da seguinte forma: "Se passamos por todo um movimento Dene e terminamos com uma situação em que o povo nativo simplesmente dá ordens ao seu próprio povo, [então não estaremos] em melhor situação do que agora, quando os brancos nos dão ordens". Para Barnaby, um "verdadeiro governo [Dene]" seria aquele em que "o próprio povo decide o que quer" e, em seguida, trabalha coletivamente para alcançar seus objetivos desejados (Barnaby, 1975, p. 12 *apud* Helm, 2000, p. 267).

O princípio da democracia direta também deveria aplicar-se à esfera econômica. Por exemplo, a proposta afirma que uma economia não colonial não apenas promoveria a autossuficiência Dene, mas o faria de maneira compatível com nossos valores culturais e "modo de vida". Para atingir esse objetivo, a proposta de reivindicação por terra descreve uma visão econômica voltada para o desenvolvimento de um modo de produção baseado em uma combinação de "atividades contínuas de recursos renováveis, como a caça, a pesca e a captura de animais", bem como "atividades em escala comunitária" destinadas a "satisfazer às nossas necessidades de forma mais autossuficiente" (Indian Brotherhood of the Northwest Territories, 1977, p. 184). Nos anos seguintes, várias dessas "atividades em escala comunitária" foram discutidas e propostas, incluindo uma combinação de empreendimentos manufatureiros operados localmente, cooperativas administradas por nativos e empresas controladas pelos trabalhadores[17].

Em um *Workshop* Regional de Co-Coordenadores realizado em 1974, a IB-NWT identificou duas perspectivas de desenvolvimento que considerava convincentes. A primeira era a experiência de "empresa comunal" e "desenvolvimento" observada na luta pós-independência da Tanzânia (Indian Brotherhood of the Northwest Territories, 1975, pp. 24-25). Em determinado momento, a IB-NWT chegou a manter conversas com o Escritório de Kahnawake da Associação dos Índios de Quebec sobre o envio de uma delegação de trabalhadores de

15 Sobre a importância da "forma política" para a política indígena no Norte, ver: Kulchyski, 2005. De modo mais geral, ver: Day, 2001, pp. 173-201; Alfred, 2005, pp. 33-50; Smith, 2005, pp. 116-132; Kuokkanen, 2007, pp. 1-31.

16 Sobre o boicote da IB-NWT à 8ª Assembleia Legislativa dos NWT, ver: Barnaby; Kurszewski; Cheezie, 1977, pp. 120-129; Dacks, 1981, pp. 99-100; Dickerson, 1992, p. 102; Abel, 1993, p. 259.

17 Sobre a relevância dos modelos de desenvolvimento econômico cooperativos e de democracia no local de trabalho para as sociedades indígenas, ver: Dacks, 1983, pp. 289-310; Ketilson; MacPherson, 2001. Ver também: Ruttan; T'Seleie, 1976.

campo Dene para aprender com a experiência tanzaniana[18]. A segunda perspectiva inspira-se na seguinte observação feita conjuntamente pelo ativista Shuswap George Manuel e pelo pesquisador Michael Posluns em seu livro *The Fourth World* [O Quarto Mundo, em tradução livre do original em inglês]: "[o] verdadeiro desenvolvimento comunitário jamais pode ocorrer sem desenvolvimento econômico, mas o desenvolvimento econômico sem pleno controle local é apenas mais uma forma de conquista imperial" (Indian Brotherhood of the Northwest Territories, 1975, p. 25). No "Acordo de Princípio", esses modelos econômicos foram apresentados como alternativas culturalmente pertinentes à "economia iniciada externamente" imposta aos Dene pelo Estado. Segundo a IB-NWT, o "[v]erdadeiro desenvolvimento Dene" deveria "implicar controle político, uma base adequada de recursos e [não] permitir o benefício de alguns em detrimento da comunidade como um todo". Por fim, seguindo nosso compromisso de fortalecer as relações sociais baseadas na reciprocidade, a liderança Dene propôs a estruturação de nossa relação com a população não-indígena segundo o princípio da "autodeterminação mútua" (Indian Brotherhood of the Northwest Territories, 1977, p. 184). Posteriormente, a IB-NWT concordou em defender os direitos políticos e os direitos de propriedade já existentes de todos os não-indígenas do Norte. Contudo, no que diz respeito à propriedade privada, a Nação Dene respeitaria apenas os títulos de propriedade plena (*fee simple title*) relativos às terras adquiridas antes de 15 de outubro de 1975; após essa data, a terra passaria a ser mantida coletivamente, seguindo os valores e princípios estabelecidos na proposta (Indian Brotherhood of the Northwest Territories, 1977, p. 187).

A Declaração Dene, juntamente com o "Acordo de Princípio" proposto, suscitou uma série de respostas. Por um lado, nossas comunidades foram recebidas com uma enorme demonstração de apoio por parte de organizações políticas progressistas de todo o país, incluindo o Congresso Trabalhista Canadense (CLC, sigla em inglês); o Sindicato Internacional dos Trabalhadores da Indústria de Petróleo, Química e Atômica (OCAWIU, sigla em inglês); a

18 A conversa ocorreu por correspondência entre um representante do Subescritório de Kahnawake e o então vice-presidente da IB-NWT, Richard Nerysoo. A carta foi incorporada como parte de um pacote de informações compilado em 1977 pela Assembleia Legislativa dos NWT para despertar a atenção pública sobre a natureza "radical" do movimento Dene por autodeterminação. Também incluída no pacote estava uma lista de leituras que o então diretor do programa de desenvolvimento comunitário da IB-NWT, Georges Erasmus, sugeriu que poderiam ser úteis na construção de uma "filosofia de desenvolvimento" para a Nação Dene. A lista incluía *Condenados da Terra*, de Frantz Fanon; *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire; *Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador*, de Albert Memmi; e *Revolução na Revolução*, de Régis Debray. Segundo Erasmus, essas fontes "alternativas" sobre desenvolvimento complementariam a pesquisa e as perspectivas baseadas nas comunidades: "Muitas alternativas devem ser analisadas", escreveu Erasmus em um memorando dirigido aos trabalhadores de campo Dene, "especialmente o exemplo de nossa cultura, a abordagem adotada por nossos antepassados em matéria de desenvolvimento, e distribuição de materiais e da propriedade. Talvez queiramos preservar alguns aspectos do modo antigo nesta era industrial". Georges Erasmus tornou-se presidente da IB-NWT no ano seguinte (1976) e atuou nessa função até 1983. O pacote de informações encontra-se em arquivo com o autor e pode ser localizado no Prince of Wales Northern Heritage Centre, Yellowknife, NWT.

CC BY NC SA

Oxfam Canadá; os Trabalhadores Siderúrgicos Unidos da América (USW, sigla em inglês); e o movimento "Waffle" do Novo Partido Democrático, à época conhecido por muitos críticos por seu "socialismo estridente" (Abel, 1993, p. 254).

Muitos, entretanto, se mostraram abertamente hostis à mensagem transformadora subjacente à nossa reivindicação. O então ministro dos Assuntos Índios, Judd Buchanan, por exemplo, desqualificou a Declaração Dene, afirmando tratar-se de uma "linguagem ininteligível [*gobbledegook*] que um estudante do décimo ano poderia ter escrito em 15 minutos" (Buchanan *apud* O'Malley, 1976, p. 98). Mesmo o respeitado líder Cree Harold Cardinal criticou severamente a Declaração, classificando-a como uma "intrusão do pensamento de esquerda que talvez esteja muito mais próxima da comunidade acadêmica de Toronto do que dos próprios Dene" (Cardinal, 1977, p. 15). Grande parte das críticas dirigidas à IB-NWT durante esse período expressava um sentimento semelhante, a saber, que a liderança Dene havia sido manipulada por radicais brancos do Sul e que, portanto, não estava agindo em defesa dos interesses de suas próprias bases. Segundo um colunista do *Edmonton Report*,

> Um Canadá perplexo [está] gradualmente despertando para o fato de que uma filosofia socialista radical se apoderou dos povos indígenas no vale do Mackenzie. Como é possível que esses nativos – cuja atuação política era, até agora, considerada praticamente inexistente – surjam de repente com inclinações tão avançadas de esquerda? (Byfield, 1977 *apud* Puxley, 2002, p. 9).

O público expressava percepções semelhantes. Como declarou um participante do Inquérito Berger:

> Grande parte [do] alvoroço (...) causado pela Irmandade Índia (...) [foi liderada] por brancos, e não pela maioria dos indígenas (...). [Os Dene] acreditavam ter obtido um excelente acordo [com o Tratado 11] e, até que a Irmandade Índia, com apoio dos brancos, começasse a agitar a situação, não existia problema algum (Demelt *apud* O'Malley, 1976, pp. 29-30).

O governo dos NWT contribuiu para esse clima de histeria ao sugerir que a IB-NWT "deveria ser renomeada como Esquerda Radical" (Government of the Northwest Territories, s.d. *apud* Coates; Powell, 1989, p. 112). Em determinado momento, chegaram inclusive a circular rumores por todo o Norte de que alguns membros da nossa comunidade estavam sendo treinados em táticas de "guerra de guerrilha"[19] e de que a Polícia Real Montada do Canadá (RCMP, sigla em inglês) havia empregado "operações secretas para se infiltrar na Irmandade" (Dene

19 Ver: Indian Brotherhood of the Northwest Territories, 1976, p. 1, 8. Essa informação foi obtida pela IB-NWT a partir de um relatório feito pelo Programa de Contrainteligência (COINTELPRO, sigla em inglês) do Escritório Federal de Investigação (FBI, sigla em inglês) dos Estados Unidos.

Nation, 1984, p. 29). Essas acusações racistas, que nos recordam do macarthismo, tiveram grande aceitação entre muitos não-indígenas durante a década de 1970 e inícios da década de 1980 (Coates; Powell, 1989, p. 113).

Para além das acusações de extremismo de esquerda, a maioria das autoridades governamentais rejeitou a posição Dene com base no argumento de que ela violava o valor liberal da igualdade que fundamenta a representação universal nas instituições políticas canadenses. Em um primeiro momento, a defesa mais veemente desse argumento veio da Assembleia Legislativa do governo dos NWT, que expressou suas preocupações em um documento de posição intitulado "Prioridades do Norte", apresentado ao Departamento de Assuntos Índios e Desenvolvimento do Norte em maio de 1977 (Government of the Northwest Territories, 1978, pp. 259-264). O documento denunciava explicitamente a reivindicação Dene, argumentando que ela resultaria no estabelecimento de uma jurisdição excludente, "com base na raça", no Norte do Canadá. Nas palavras da Assembleia Legislativa: "É por isso que o conceito de 'Estado nativo' é, e sempre será, totalmente inaceitável para o povo dos Territórios do Noroeste"; pois "lhe falta o necessário elemento da universalidade de participação nas instituições políticas por qualquer cidadão canadense que escolha viver nos Territórios [do Noroeste]"[20].

Em resposta à repetida acusação de racismo formulada pelo governo dos NWT, a IB-NWT submeteu uma segunda proposta ao governo federal em julho de 1977 (Indian Brotherhood of the Northwest Territories, 1978, pp. 265-266). Assim como sua predecessora, a "Proposta Metro" enfatizava a importância do reconhecimento e da autodeterminação para a Nação Dene. No entanto, ciente de que muitas pessoas haviam "interpretado de modo equívoco" o nosso "Acordo de Princípio" como discriminatório, a IB-NWT procurou "deixar claro", na nova reivindicação, que buscava a autodeterminação não apenas para os Dene, mas para *todos* os habitantes do Norte, e o "fim da opressão racial" enquanto tal, fosse ela a "opressão dos Dene por não-Dene, ou a opressão dos não-nativos por Dene" (Indian Brotherhood of the Northwest Territories, 1978, p. 265).

Para acomodar essa visão, a "Proposta Metro" recomendava que o Norte adotasse uma estrutura federativa descentralizada baseada nos seguintes princípios: que os NWT fossem divididos em três territórios geográficos, "um em que os Dene são a maioria, um em que os Inuit

20 Ver: Government of the Northwest Territories, 1978, p. 260, 262. A Assembleia Legislativa chegou ao ponto de irresponsavelmente sugerir que as recomendações de Thomas Berger equivaleriam ao estabelecimento de um regime de "*apartheid*" no Norte do Canadá: "Essas mesmas pessoas (i.e., os Dene e seus apoiadores) pensam que grande parte dos territórios deveria ser convertida em Estados raciais segundo linhas nativas. Como o Sr. Thomas Berger. Se você é a favor do que ele parece acreditar, então tem que apoiar algo que sempre foi abominável para os canadenses e viola a nossa história – separar as pessoas de acordo com sua raça. Em termos francos, apoie o Sr. Berger e terá que apoiar a África do Sul e sua política de *apartheid* – o desenvolvimento separado para cada uma de suas raças fundadoras" (*apud* Free South Africa Committee, 1977).

são a maioria e, finalmente, um em que os não-nativos são a maioria"; que cada um desses três territórios garantisse os direitos políticos de todos os seus cidadãos, através do estabelecimento de instituições governamentais baseadas nas respectivas tradições de cada grupo e em conformidade com os desejos e aspirações de suas respectivas bases; que cada governo territorial dividisse os poderes e se relacionasse com o governo federal de maneira semelhante à relação atualmente existente entre a federação e as províncias; e que uma estrutura de governança "Metro" ou "Nações Unidas" fosse "organizada pelos três novos governos para tratar de questões, problemas e programas de interesse comum". Sob esse modelo, cada governo recém-estabelecido seria responsável por enviar "representantes" para negociar "como iguais" com aqueles dos outros governos, "até que se alcançasse um acordo sobre qualquer atividade conjunta" (Indian Brotherhood of the Northwest Territories, 1978, p. 266). Por fim, em conformidade com os costumes Dene, as relações econômicas dentro do nosso território proposto não seriam ditadas pelo domínio do capital; ao contrário, todos os princípios e valores econômicos estabelecidos no "Acordo de Princípio" anterior continuariam sendo aplicáveis de forma integral na nova proposta.

Foi nesse momento que o Estado começou a se contrapor à nossa posição com uma concepção despolitizada de direitos "culturais" aborígenes, dissociada de qualquer noção substantiva de soberania indígena ou de economias políticas alternativas. No documento "Prioridades do Norte", por exemplo, o governo dos NWT argumentou que as reivindicações por terra deveriam ser utilizadas como um mecanismo para garantir o reconhecimento e a proteção dos interesses "culturais" aborígenes, mas somente se o Estado concordasse em "separar" a negociação dos direitos políticos à autodeterminação do processo. Para esse fim, a Assembleia propôs que uma "Carta de Direitos" nativa fosse incorporada à constituição dos NWT. Essa medida cumpriria duas finalidades: primeiro, serviria para "cristalizar" os direitos dos povos nativos no que se refere ao seu tradicional "uso e gozo" da terra; segundo, funcionaria para "preservar as línguas e culturas nativas por meio de alguma forma de legislação imutável" (Government of the Northwest Territories, 1978, pp. 259-262).

O governo federal avançou com uma posição semelhante em seu documento de opinião de 1977, intitulado "Desenvolvimento Político nos Territórios do Noroeste" (Office of the Prime Minister, 1978, pp. 211-283), que buscava oferecer "termos de referência detalhados" para orientar o recém-nomeado representante especial para o Desenvolvimento Constitucional nos Territórios do Noroeste, Charles (Bud) Drury (Office of the Prime Minister, 1978, p. 275). Assim como a Assembleia Legislativa, o governo federal declarou estar disposto a utilizar as reivindicações por terra como um instrumento para "salvaguardar" a "cultura" aborígene e permitir que os povos e comunidades aborígenes continuassem com suas práticas "tradicionais", "na medida em que assim o desejassem" (Office of the Prime Minister, 1978, p. 280). Posteriormente, o Canadá concordou em trabalhar de perto com os grupos nativos para desenvolver pro-

gramas em diversas áreas, incluindo educação, habitação e desenvolvimento econômico, bem como promover e proteger "outros interesses culturais", tais como "línguas índias e Inuit" e "direitos a atividades tradicionais, como caça, pesca e captura de animais" (Office of the Prime Minister, 1978, p. 279). Ao assegurar esses direitos, entretanto, o governo federal insistia que não apoiaria qualquer chamado ao estabelecimento de jurisdições políticas atribuídas "com base em diferenciações entre as pessoas em razão de sua raça"[21]. Em vez disso, Ottawa orientou Drury a considerar a "possível divisão dos Territórios do Noroeste" com base em questões "funcionais", "incluindo fatores econômicos, socioculturais e outros relevantes", mas excluindo "divisões e estruturas políticas" configuradas segundo linhas indígenas/não-indígenas (Office of the Prime Minister, 1978, p. 275). Assim, se os Dene quisessem participar do desenvolvimento constitucional do aparato político do Norte, teriam que fazê-lo em um nível local e subordinado dentro das instituições comuns e presumivelmente legítimas dos NWT (Russell, 1978, p. 297). Em suma, tanto para o governo dos NWT quanto para o governo do Canadá, os direitos culturais, e não os direitos políticos, constituíam a questão central a ser resolvida na negociação de uma reivindicação por terra dos Dene.

Em termos de economia política, ambos os níveis de governo buscaram apartar o reconhecimento das práticas culturais indígenas de qualquer esquema socioeconômico que pudesse perturbar a contínua acumulação de capital por meio do desenvolvimento da base de recursos do Norte. O governo dos NWT, por exemplo, simplesmente afirmou que "é quase certo que o desenvolvimento econômico de longo prazo dos Territórios do Noroeste dependerá da exploração e utilização de seu[s] recurso[s] naturai[s]" (Government of the Northwest Territories, 1978, p. 262). O reconhecimento das reivindicações culturais das Primeiras Nações seria permitido, mas apenas na medida em que tais reivindicações pudessem ser conciliadas com esse "modo de organização predominantemente de iniciativa privada" (Government of the Northwest Territories, 1978, p. 263). Numa linha semelhante, o governo federal sugeriu que, embora as reivindicações por terra proporcionassem aos "grupos nativos" compensações financeiras por quaisquer violações de seus direitos de propriedade, o "interesse nacional" do Canadá exigia que a Coroa "mantivesse a propriedade e o controle dos potencialmente significativos recursos não renováveis existentes nos Territórios do Noroeste". Quanto à intensidade do desenvolvimento capitalista do Norte, a Coroa, assim como a Assembleia Legislativa declarou que os negócios continuariam sem interrupções: "Tendo em vista as necessidades energéticas e de outros recursos que agora são reconhecidas como cada vez mais urgentes, o Governo deseja manter algum ímpeto na exploração e no desenvolvimento de recurso[s] não renovável[is] do Norte". Segundo a Coroa, as reivindicações por terra permitiriam que os

21 De forma um tanto reveladora, o governo federal passaria imediatamente a qualificar essa afirmação, declarando que não sancionaria "estruturas políticas" determinadas por raça, *a menos* que isso significasse "o estabelecimento de reservas sob a Lei Índia" (Office of the Prime Minister, 1978, p. 280).

Dene "desempenhassem um papel" nesse processo, mas de forma alguma lhes forneceriam a infraestrutura econômica e política necessária para bloquear ou efetivamente cultivar uma alternativa de caráter não exploratório (Office of the Prime Minister, 1978, p. 278).

Em vez de participar da investigação de Drury, a Nação Dene concordou em colaborar com a Associação Métis dos Territórios do Noroeste para construir uma proposta conjunta de acordo, apresentada ao governo federal em 1981. Intitulada *Public Government for the People of the North* [Governo Público para os Povos do Norte, em tradução livre do original em inglês], a proposta defendia a transferência de poderes para uma jurisdição "semelhante a uma província", denominada "Denendeh" (Dene Nation; Metis Association of the Northwest Territories, 1981, p. 3). Embora os Dene/Métis tenham evitado recorrer à linguagem explícita da autodeterminação, característica das duas reivindicações anteriores, o espírito do documento permanece, em grande parte, o mesmo. Por exemplo, a proposta exigia que a soberania fosse distribuída entre Denendeh e o governo federal de forma semelhante à atual distribuição de poderes entre as províncias e a federação, ainda que, em determinadas áreas (como pesca, relações familiares, comunicações e relações trabalhistas), Denendeh exigisse poderes atualmente reivindicados pelo governo federal. Aqui, a lógica era que esses campos constituíam dimensões fundamentais para a proteção e o desenvolvimento contínuo do "modo de vida" Dene (Dene Nation; Metis Association of the Northwest Territories, 1981, p. 7). A proposta também reivindicava a restituição de uma parcela significativa do território tradicional dos Dene, sobre o qual esse povo manteria o direito de uso, propriedade e gestão coletiva. A maior parte das terras restantes, com exceção das propriedades privadas já existentes, seria transferida ao governo de Denendeh e permaneceria sob sua autoridade jurisdicional.

Estruturalmente falando, Denendeh seria "semelhante a uma província", composta por dois níveis de governo: um nível territorial público, denominado Assembleia Nacional de Denendeh; e governos regionais no nível comunitário (Dene Nation; Metis Association of the Northwest Territories, 1981, p. 13). Denendeh não seria como uma província em outros aspectos, no entanto. Por exemplo, mais uma vez, os Dene recomendaram que, na tomada de decisões políticas, fosse instituída uma abordagem de democracia direta ou de "consenso" tanto a nível local como territorial (Dene Nation; Metis Association of the Northwest Territories, 1981, p. 13, pp. 21-23). Isso foi apresentado como uma alternativa culturalmente apropriada à forma de governo "elitista" e adversarial imposta pelo Sul aos habitantes do Norte. Além disso, com vistas a proteger permanentemente os direitos políticos e as liberdades dos cidadãos Dene, os Dene/Métis propuseram a criação de um "senado", que funcionaria como uma segunda câmara da Assembleia Nacional pública, com representação Dene garantida (Dene Nation; Metis Association of the Northwest Territories, 1981, p. 17). Para proteger os interesses de todos, os Dene/Métis propuseram a implementação de um período de residência de dez anos, após o qual seriam respeitados integralmente os direitos políticos dos cidadãos de Denendeh. Mas,

CC BY NC SA

independentemente de qualquer requisito de residência, o governo de Denendeh seria responsável por respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais de todos os seus cidadãos, particularmente os direitos previstos nas seções 18, 19, 21 e 22 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos das Nações Unidas, do qual o Canadá é signatário (Dene Nation; Metis Association of the Northwest Territories, 1981, pp. 9-10).

Em termos de desenvolvimento econômico, Denendeh também funcionaria de modo distinto das províncias em diversos aspectos fundamentais. Por exemplo, o documento sugere que todo o desenvolvimento da terra e dos recursos siga os padrões estabelecidos em uma "Carta de Princípios Fundadores", que enfatizaria, entre outros aspectos, a manutenção de uma "relação harmoniosa entre os Dene e o meio ambiente físico" (Dene Nation; Metis Association of the Northwest Territories, 1981, p. 9). Dessa forma, os Dene/Métis afirmavam que o uso dos recursos naturais seria determinado "com base em uma 'sociedade que preserva' (*conserver society*)", com um "firme compromisso com os recursos renováveis". Mais uma vez, a construção de uma economia contemporânea comprometida com as práticas tradicionais de colheita e a produção de recursos renováveis constituiria um elemento crucial do desenvolvimento econômico dentro do novo território. Contudo, quando a exploração e o desenvolvimento da base de recursos não renováveis de Denendeh recebesse permissão para continuar, tais atividades somente seriam autorizadas se garantissem o "bem-estar coletivo dos povos e dos recursos de Denendeh" como um todo, "em oposição ao benefício econômico das empresas". Ainda, com o objetivo de garantir a autossuficiência econômica, os Dene/Métis propuseram que 10% de todas as receitas provenientes dos recursos do território fossem recolhidas e destinadas a um "Fundo do Patrimônio Dene", administrado pelos Dene através da estrutura institucional do Senado proposto. Os lucros remanescentes da renda proveniente de recursos não renováveis seriam redirecionados a programas voltados ao fortalecimento do setor de recursos renováveis, utilizados para cobrir o orçamento operacional do governo Denendeh nos níveis comunitário e territorial, e para reembolsar o governo federal pela assistência prestada na concessão de benefícios de seguro-desemprego, auxílios familiares e assim por diante. Tal como em suas antecessoras, a proposta sugere que todos os direitos de propriedade privada relativos às terras adquiridas antes da implementação do acordo sejam respeitados. Após essa data, contudo, o governo de Denendeh somente concederia títulos de propriedade por meio de contratos de arrendamento de longo prazo, mantendo as terras remanescentes sob regime de propriedade coletiva, em benefício de todos os cidadãos de Denendeh (Dene Nation; Metis Association of the Northwest Territories, 1981, p. 11).

Houve diversas reações à proposta de Denendeh. Algumas pessoas manifestaram indignação com o acordo proposto, alegando que este conferia uma proteção excessiva aos direitos e interesses dos Dene, enquanto ignorava aqueles da população não-nativa do Norte (Dene Nation, 1984, p. 42). Um dos estudos elaborados para o Comitê Especial sobre Desenvolvi-

mento Constitucional do governo federal chegou inclusive a sugerir que as restrições à propriedade privada recomendadas pela proposta poderiam ser interpretadas como uma violação daquilo que muitos habitantes do Norte consideravam um "direito inalienável" à propriedade privada (Aboriginal Rights and Constitutional Development Secretariat, 1982, p. 30). Outros, entretanto, interpretaram a proposta como uma "oportunidade única de participar de algo empolgante, uma oportunidade para que todas as pessoas do Norte se unam e construam um novo estilo de governo" (Dene Nation, 1984, p. 42).

CONCLUSÃO

Ao final, o governo federal permaneceu como um dos principais opositores da proposta de Denendeh. Diferentemente da posição estabelecida em sua própria política abrangente de reivindicações por terra, os Dene/Métis rejeitaram categoricamente a ideia de que os povos indígenas deveriam renunciar ou trocar seus direitos políticos e títulos de propriedade como pré-requisito para alcançar um acordo. A manutenção dessa posição fez com que as negociações se arrastassem até 1988, quando finalmente um novo "Acordo de Princípio" foi alcançado entre a Nação Dene, a Associação Métis e o governo do Canadá. O novo Acordo oferecia aos demandantes "a propriedade de mais de 181.000 quilômetros quadrados de terras, incluindo direitos sobre os recursos do subsolo em aproximadamente 10.000 quilômetros quadrados da área total, bem como um pagamento de $500 milhões ao longo de 15 anos como compensação pela perda do uso de terras no passado" (Abel, 1993, pp. 256-257). Para que o Acordo fosse implementado, entretanto, a Coroa exigiu duas condições. Primeiramente, que o reconhecimento dos direitos políticos indígenas fosse removido da mesa de negociações. Isso basicamente significava que a Nação Dene abandonaria sua insistência anterior, expressa na Declaração Dene e nas três propostas analisadas acima, de que um direito substantivo ao autogoverno fosse um componente fundamental de qualquer acordo territorial. A segunda condição era que os Dene/Métis concordassem em "ceder, liberar e renunciar" a quaisquer direitos e títulos aborígenes residuais sobre as demais terras dos NWT. A concessão feita pelos negociadores Dene/Métis foi de que qualquer reivindicação abrangente por terra inevitavelmente envolveria uma "troca" de "direitos [aborígenes] à terra" por um "conjunto claramente definido de direitos relacionados à terra e baseados na terra" (Dene/Metis Claims Secretariat, 1986, p. 8). Com relação a esse ponto, contudo, os participantes das negociações se recusaram a interpretar essa concessão como uma extinção de seus "direitos políticos", os quais eles "continuariam a negociar por meio de outros fóruns"[22].

22 Ver: Dene/Metis Claims Secretariat, 1986, p. 8. Após a mudança de liderança em 1983 de Georges Erasmus para Stephen Kakfwi, a Nação Dene tomou uma decisão estratégica de buscar o reconhecimento de direitos políticos por meio do governo territorial, e as questões de terras por meio da negociação da reivindicação territorial. Ver: Kulchyski, 2005, p. 87.

Em 9 de abril de 1990, dois anos após a assinatura do "Acordo de Princípio", representantes indígenas de toda Denendeh reuniram-se em uma assembleia geral especial realizada em Fort Rae, onde rubricaram um acordo final que incorporava uma cláusula de extinção, mas não um componente de autogoverno. Em julho desse mesmo ano, uma moção foi aprovada em outra assembleia geral, desta vez realizada em Dettah, para que "os direitos aborígenes e aqueles previstos em tratados fossem afirmados, e não extintos, no acordo abrangente de reivindicação" por terra (Devine, 1992, p. 15). A maioria dos delegados votou pela aprovação da moção e, ao fazê-lo, rejeitou o Acordo Final Dene/Métis ("Acordo de Princípio"). Sem dúvida frustrados com o caráter inegociável da posição da Coroa, os representantes Gwich'in opuseram-se à decisão majoritária e retiraram-se formalmente da assembleia geral. Seguindo o mesmo exemplo, os Sahtu retiraram-se da reivindicação semanas depois. Em reação a esses desdobramentos, a Coroa oficialmente deixou de financiar o Secretariado de Reivindicações por Terra da Nação Dene e então se ofereceu para negociar com esses grupos separadamente. Em 1992, os Gwich'in e, em 1993, os Sahtu, juntamente com os Métis, extinguiram seus direitos políticos e de título de terras ao assinarem acordos abrangentes com o Canadá. Estes marcaram o fim oficial do movimento nacional Dene por sua autodeterminação – movimento este por vezes instável e frágil (no entanto, unificado)[23].

As perspectivas indígenas do Norte sobre desenvolvimento econômico também passaram por transformações profundas nesse período. Essa mudança tornou-se particularmente evidente com o apoio dado, em finais da década de 1990, pela Primeira Nação Tlicho e Dene de Yellowknives aos megaprojetos de mineração de diamantes; e com a criação, em 2000, do Grupo Aborígine de Dutos (APG, sigla em inglês), organização que representa os interesses da maioria das regiões Dene dos NWT (com exceção de Dehcho). Desde então, o APG negociou a aquisição de um terço da participação no recém-proposto Projeto de Gás Mackenzie (MGP, sigla em inglês) – o qual promete ser um dos maiores e mais custosos projetos de gasoduto da história do Canadá, assim como o anteriormente proposto Duto do Vale do Mackenzie[24].

Talvez o aspecto mais interessante dessa nova versão do projeto do gasoduto Mackenzie é que muitos dos outrora jovens ativistas Dene que se opuseram a ele na década de 1970 passaram a apoiar ativamente o APG e, em alguns casos, se tornaram seus membros fundadores. O ex-chefe de Fort Good Hope, Frank T'Seleie, explicou sua mudança de perspectiva da seguinte maneira:

> Sabe, o mundo mudou muito nos últimos 25 anos. Em muitos aspectos, agora somos senhores de nossa própria casa. Muitos de nós resolvemos nossas rei-

23 Para uma discussão sobre a fragmentação da Nação Dene e do movimento nacionalista unificado, ver: Devine, 1992; Kulchyski, 2005, pp. 94-97.

24 Para discussões críticas sobre o MPG, ver: Cizek, 2005; Freeland; Simpson, 2007, pp. 9-11.

> vindicações por terra e temos o poder de garantir que esse duto seja construído da maneira correta. Claro, em alguns aspectos, eu me sinto desconfortável ao promover isso. Esse gás vai chegar ao Sul, talvez não hoje, nem amanhã. Mas vai chegar, e acho que não podemos nos dar ao luxo de ficar de fora (T'Seleie *apud* Struzik, 2001).

Se a acumulação primitiva representa o processo de expropriação por meio do qual relações sociais não capitalistas são transformadas ou integradas às relações de mercado, então parece que esse fenômeno adquiriu um impulso considerável no Norte nas últimas décadas. Ainda que a acumulação primitiva não mais pareça exigir a expropriação abertamente violenta das comunidades indígenas e de toda a sua ancoragem na terra e nos recursos, ela exige que ambos permaneçam abertos à exploração e ao desenvolvimento capitalista. A meu ver, é necessário considerar uma série de fatores inter-relacionados para compreender por que isso aconteceu no Norte, e eu gostaria de concluir destacando dois deles. O primeiro diz respeito a uma transformação significativa no discurso do "desenvolvimento sustentável" nos últimos 15 anos. Como argumenta Stuart Kirsch, um dos desafios mais urgentes enfrentados pelos povos indígenas tem sido "a velocidade com que o capital agora se apropria dos termos de sua crítica" (Kirsch, 2007, p. 304). Qualquer visita ao Norte demonstrará inequivocamente o grau com que o Estado e a indústria foram capazes de cooptar o discurso da "sustentabilidade" para promover sua visão compartilhada de desenvolvimento econômico. Em contraste com o discurso de sustentabilidade que fundamentava as reivindicações Dene examinadas anteriormente e que buscava estabelecer relações políticas e econômicas capazes de promover, ao longo do tempo, o bem-estar recíproco das pessoas, das comunidades e da terra, a sustentabilidade agora se refere primordialmente à sustentabilidade *econômica* da própria acumulação de capital. Quanto maior a vida útil projetada para um empreendimento – isto é, quanto mais prolongado for o período durante o qual um projeto pretende explorar as terras, os recursos e o trabalho de uma comunidade –, mais "sustentável" ele é considerado.

O segundo fator remete à preocupação de Fanon com as formas pelas quais o campo da política do reconhecimento pode modificar as posições subjetivas de povos e comunidades indígenas ao longo do tempo. Para além da inevitável armadilha da dívida na qual muitas Primeiras Nações se veem atadas devido às suas reivindicações por terra – o que pode forçá-las a abrir suas terras à exploração como uma solução econômica (Gordon, 2006, pp. 47-75) –, parece que o próprio processo de reivindicação por terra também contribuiu para sutilmente moldar como os povos indígenas passaram a pensar e agir em relação à terra. Como sugere Paul Nadasdy em seu trabalho com a Primeira Nação Kluane, no Yukon, "para participar do processo de negociação de um acordo de reivindicação por terra, os povos das Primeiras Nações precisam traduzir sua complexa relação recíproca com a terra para a linguagem da 'propriedade', igualmente complexa, porém muito diferente" (Nadasdy, 2002, p. 248). Aqui, eu sugiro que um dos efeitos negativos desse processo de tradução discursiva – profundamente

atravessado por relações de poder – tem sido uma reorientação do significado da autodeterminação para muitos (embora não para todos) povos indígenas do Norte. Trata-se de uma reorientação da luta indígena, outrora profundamente *informada* pela terra entendida como um sistema de relações recíprocas e obrigações mútuas (normatividade situada) – que, por sua vez, informava nossa crítica ao capitalismo no período analisado acima – para, cada vez mais, uma luta *pela* terra, compreendida agora como um recurso material a ser explorado no processo de acumulação de capital.

REFERÊNCIAS

ABEL, Kerry. *Drum Songs: glimpses of history*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 1993.

ABELE, Frances. *The Berger Inquiry and the Politics of Transformation in the Mackenzie Valley*. Toronto, York University, Tese de Doutorado, 1983.

ABORIGINAL RIGHTS AND CONSTITUTIONAL DEVELOPMENT SECRETARIAT. Discussion Paper on the Denendeh Government Proposal. Documento de trabalho preparado para o Special Committee of the Legislative Assembly on Constitutional Development, set. 1982.

ALFRED, Gerald (Taiaiake). *Heeding the Voices of Our Ancestors: Kahnawake and the rise of native nationalism*. Don Mills, Ont.: Oxford University Press, 1995.

ALFRED, Gerald (Taiaiake). Deconstructing the British Columbia Treaty Process. *Balayi: Culture, Law and Colonialism*, n. 3, p. 37-66, 2001.

ALFRED, Gerald (Taiaiake). Sovereignty. In: BARKER, Joanne (org.). *Sovereignty Matters: locations of contestation and possibility in Indigenous struggles for self-determination*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2005.

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*. Londres: Verso, 1983.

ANGUS, Ian. *A Border Within: national identity, cultural plurality, and wilderness*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 1997.

ASCH, Michael. The Dene Economy. In: WATKINS, Mel (ed.). *Dene Nation: the colony within*. Toronto: University of Toronto Press, 1977.

ASCH, Michael. The Economics of Dene Self-Determination. In: TURNER, David H.; SMITH, Gavin A. (eds.). *Challenging Anthropology*. Toronto: McGraw-Hill, 1980.

ASCH, Michael. Dene Self-Determination and the Study of Hunter-Gatherers in the Modern World. In: LEACOCK, Eleanor; LEE, Richard (eds.). *Politics and History in Band Societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

BARNABY, George; KURSZEWSKI, George; CHEEZIE, Gerry. The Political System and the Dene. In: WATKINS, Mel (ed.). *Dene Nation: the colony within*. Toronto: University of Toronto Press, 1977.

BASSO, Keith. *Wisdom Sits in Places: language and landscape among the Western Apache*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1996.

BERGER, Thomas R. *Northern Frontier, Northern Homeland: the report of the Mackenzie Valley Pipeline Inquiry*. Vancouver: Douglas and McIntyre, 1977.

BLAKE, Philip. Statement to the Mackenzie Valley Pipeline Inquiry. In: WATKINS, Mel (ed.). *Dene Nation: the colony within*. Toronto: University of Toronto Press, 1977.

BLONDIN, George. *When the World Was New: stories of the Sahtu Dene*. Yellowknife, N.W.T.: Outcrop Publishers, 1990.

BRODY, Hugh. *The Living Arctic: hunters of the Canadian North*. Vancouver: Douglas and McIntyre, 1987.

BRODY, Hugh. *Maps and Dreams*. Vancouver: Douglas and McIntyre, 1988.

BRODY, Hugh. *The Other Side of Eden: hunters, farmers and the shaping of the modern world*. Vancouver: Douglas and McIntyre, 2000.

CARDINAL, Harold. *The Rebirth of Canada's Indians*. Edmonton: Hurtig, 1977.

CIZEK, Petr. Northern Pipe Dreams and Nightmares: return of the Mackenzie Valley Pipeline. *Canadian Dimension*, mai./jun. 2005. Disponível em: http://canadiandimension.com/articles/1930. Acessado em 07 de agosto de 2026.

COATES, Kenneth; POWELL, Judith. *The Modern North: people, politics and the rejection of colonialism*. Toronto: James Lorimer and Company, 1989.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS. *Study on Treaties, Agreements and Other Constructive Arrangements between States and Indigenous Populations*. Informe final de Miguel Alfonso Martínez, Relator Especial, Subcomissão de Prevenção de Discriminação e Proteção de Minorias, 51ª Sessão, 22 jun. 1999.

COX, Bruce Alden. Changing Perceptions of Industrial Development in the North. In: COX, Bruce Alden (ed.). *Native Peoples, Native Lands*. Ottawa: Carleton University Press, 1991.

CRESSWELL, Tim. *Place: a short introduction*. Nova York: Blackwell, 2004.

DACKS, Gurston. *A Choice of Futures: politics in the Canadian North*. Toronto: Methuen, 1981.

DACKS, Gurston. Worker-Controlled Native Enterprises: a vehicle for community development in Northern Canada. *Canadian Journal of Native Studies*, v. 3, n. 2, p. 289-310, 1983.

DAY, Richard J. F. Who Is This We That Gives the Gift? Native American Political Theory and the Western Tradition. *Critical Horizons*, v. 2, n. 2, p. 173-201, 2001.

DAY, Richard J. F. *Gramsci Is Dead: Anarchist Currents in the Newest Social Movements*. Ann Arbor, Mich.: Pluto Pres, 2005.

DELORIA Jr., Vine. *God Is Red: a native view of religion*. Golden, Colo.: Fulcrum Publishing, 1992.

DELORIA Jr., Vine. Power and Place Equal Personality. In: DELORIA Jr., Vine; WILDCAT, Daniel. *Power and Place: Indian education in America*. Golden, Colo.: Fulcrum Publishing, 2001.

DENE NATION. Dene Declaration. In: WATKINS, Mel (ed.). *Dene Nation: the colony within*. Toronto: University of Toronto Press, 1977.

DENE NATION. *Denendeh: a Dene celebration*. Yellowknife, N.W.T.: Dene Nation, 1984.

DENE NATION; METIS ASSOCIATION OF THE NORTHWEST TERRITORIES. *Public Government for the People of the North*. Yellowknife, N.W.T.: Dene Nation and Metis Association of the Northwest Territories, 1981.

DENE/METIS CLAIMS SECRETARIAT. *The Dene/Metis Land Claim: Information Package*. Yellowknife, N.W.T.: Dene/Metis Negotiations Secretariat, 1986.

DEPARTMENT OF INDIAN AFFAIRS AND NORTHERN DEVELOPMENT. *Statement on Claims of Indian and Inuit People*. Ottawa: Indian and Northern Affairs, 1973.

DEPARTMENT OF INDIAN AFFAIRS AND NORTHERN DEVELOPMENT. *Gwich'in Comprehensive Land Claims Agreement*. Ottawa: Minister of Public Works and Government Services, Canadá, 1992.

DEPARTMENT OF INDIAN AFFAIRS AND NORTHERN DEVELOPMENT. *Sahtu Dene and Metis Comprehensive Land Claim Agreement*. Ottawa: Minister of Public Works and Government Services, Canadá, 1993.

DEPARTMENT OF INDIAN AFFAIRS AND NORTHERN DEVELOPMENT. *Comprehensive Claims Policy and Status of Claims*. Ottawa, mar. 2002.

DEPARTMENT OF INDIAN AFFAIRS AND NORTHERN DEVELOPMENT. *NWT Plain Facts: on land and self-government, the Inuvialuit Final Agreement*. Ottawa: Minister of Public Works and Government Services, Canadá, 2007a.

DEPARTMENT OF INDIAN AFFAIRS AND NORTHERN DEVELOPMENT. *Specific Claims: justice at last*. Ottawa: Minister of Public Works and Government Services, Canadá, 2007b.

DEPARTMENT OF INDIAN AFFAIRS AND NORTHERN DEVELOPMENT. Tlicho Agreement – Highlights. [s.d.]. Disponível em: http://www.aadnc-aandc.gc.ca. Acessado em 07 de agosto de 2026.

DEVINE, Marina. The Dene Nation: coming full circle. *Arctic Circle*, mar./abr. 1992.

DICKERSON, Mark. *Whose North? Political change, political development, and self-government in the Northwest Territories*. Vancouver: University of British Columbia Press, 1992.

DOSMAN, Edgar. *The National Interest: the politics of Northern Development, 1968-75*. Toronto: McClelland and Stewart, 1975.

ERASMUS, Bill. Foreword. In: IRLBACHER-FOX, Stephanie. *Finding Dahshaa: self-government, social suffering, and Aboriginal policy in Canada*. Vancouver: University of British Columbia Press, 2009.

EVANS, Garth M. The Carrothers Commission Revisited. In: KEITH, Robert; WRIGHT, Janet (eds.). *Northern Transitions*. Ottawa: Canadian Arctic Resources Committee, 1978.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange*. Nova York: Verso, 2003.

FREELAND, Erin; SIMPSON, Jessica. Petro-Capitalism and the Fight for Indigenous Culture in Denendeh. *New Socialist*, n. 62, p. 9-11, 2007.

FREE SOUTH AFRICA COMMITTEE. *Dene Nation: Apartheid?* Edmonton: Free South Africa Committee, University of Alberta, 1977.

FUMOLEAU, Rene. *As Long as This Land Shall Last: a history of Treaty 8 and Treaty 11, 1870-1939*. Calgary: University of Calgary Press, 2004.

GORDON, Todd. Canada, Empire and Indigenous Peoples in the Americas. *Socialist Studies*, v. 2, n. 1, p. 47-75, 2006.

GOVERNMENT OF THE NORTHWEST TERRITORIES. Priorities for the North: a submission to the honourable Warren Allmand, Minister of Indian Affairs and Northern Development. In: KEITH, Robert F.; WRIGHT, Janet B. (eds.). *Northern Transitions*. Ottawa: Canadian Arctic Resources Committee, 1978.

GREEN, Joyce. Decolonization and Recolonization. In: CLEMENT, Wallace; VOSKO, Leah (eds.). *Changing Canada: political economy as transformation*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2003.

HELM, June. *The People of Denendeh: an ethnohistory of the Indians of Canada's Northwest Territories*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2000.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (eds.). *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

INDIAN BROTHERHOOD OF THE NORTHWEST TERRITORIES. *Annual Report, 1975*. Yellowknife, N.W.T.: Indian Brotherhood of the Northwest Territories, 1975.

INDIAN BROTHERHOOD OF THE NORTHWEST TERRITORIES. The FBI War Game and the NWT. *Native Press*, 12 nov. 1976.

INDIAN BROTHERHOOD OF THE NORTHWEST TERRITORIES. A Proposal to the Government and People of Canada. In: WATKINS, Mel (ed.). *Dene Nation: the colony within*. Toronto: University of Toronto Press, 1977.

INDIAN BROTHERHOOD OF THE NORTHWEST TERRITORIES. Metro Proposal. In: KEITH, Robert F.; WRIGHT, Janet B. (eds.). *Northern Transitions*. Ottawa: Canadian Arctic Resources Committee, 1978.

INSTITUTE FOR PSYCHO-POLITICAL RESEARCH AND EDUCATION. Political Development in the Northwest Territories. In: KEITH, Robert F.; WRIGHT, Janet B. (eds.). *Northern Transitions*. Ottawa: Canadian Arctic Resources Committee, 1978.

JOHNSON, Martha; RUTTAN, Robert A. *Traditional Dene Environmental Knowledge*. Hay River, N.W.T.: Dene Cultural Institute, 1993.

KETILSON, Lou; MacPHERSON, Ian. *Aboriginal Co-operatives in Canada: current situation and potential for growth*. Saskatoon: Centre for the Study of Co-operatives, 2001.

KIRSCH, Stuart. Indigenous Movements and the Risks of Counter Globalization. *American Ethnologist*, v. 34, n. 2, p. 303-305, 2007.

KULCHYSKI, Peter. Like the Sound of a Drum: Aboriginal cultural politics in Denendeh and Nunavut. Winnipeg: University of Manitoba Press, 2005.

KUOKKANEN, Rauna. *The Politics of Form and Alternative Autonomies: Indigenous women, subsistence economies, and the gift paradigm*. Hamilton: Institute on Globalization and the Human Condition, McMaster University, 2007.

LEGAT, Allice. *Walking the Land, Feeding the Fire: knowledge and stewardship among the Tlicho Dene*. Tucson: University of Arizona Press, 2012.

MALLOCH, Lesley. *Dene Government: past and future*. Yellowknife, N.W.T.: Western Constitutional Forum, 1984.

MARX, Karl. The German Ideology. In: McLELLAND, David (ed.). *Karl Marx: selected writings*. Nova York: Oxford University Press, 1987.

McNAY, Lois. *Against Recognition*. Londres: Polity, 2008.

MORRIS, Miggs Wynne. *Return to the Drum: Teaching among the Dene in Canada's North*. Edmonton: NeWest Press, 2000.

NADASDY, Paul. "Property" and Aboriginal Land Claims in the Canadian Subarctic: Some Theoretical Considerations. *American Anthropologist*, v. 104, n. 1, p. 247-261, 2002.

NADASDY, Paul. The Gift in the Animal: the ontology of hunting and human-animal sociality. *American Ethnologist*, v. 34, n. 1, p. 25-43, 2007.

OFFICE OF THE PRIME MINISTER. Political Development in the Northwest Territories. In: KEITH, Robert F.; WRIGHT, Janet B. (eds.). *Northern Transitions*. Ottawa: Canadian Arctic Resources Committee, 1978.

O'MALLEY, Martin. *Past and Future Land: an account of the Berger Inquiry into the Mackenzie Valley Pipeline*. Toronto: Peter Martin Associates Limited, 1976.

PUXLEY, Peter. *A Model of Engagement: reflections of the 25th anniversary of the Berger Report*. Ottawa: Canadian Policy Research Network, 2002.

RE: PAULETTE AND REGISTRAR OF LAND TITLES (No. 2). 42 D.L.R. (3d) 8; [1973] 6 W.W.R. 97 (N.W.T. S.C.), 1973.

RUSSELL, Peter. An Analysis of Prime Minister Trudeau's Paper on Political Development in the Northwest Territories. In: KEITH, Robert F.; WRIGHT, Janet B. (eds.). *Northern Transitions*. Ottawa: Canadian Arctic Resources Committee, 1978.

RUTTAN, Robert; T'SELEIE, John. *Renewable Resource Potentials for Alternative Development in the Mackenzie River Region*. Relatório preparado para a Indian Brotherhood of the NWT e a Metis Association of the NWT, 1976.

RYAN, Joan. *Doing Things the Right Way: Dene traditional justice in Lac La Martre, NWT*. Calgary: University of Calgary Press, 1995.

SLOWEY, Gabrielle. *Navigating Neoliberalism: self-determination and the Mikisew Cree First Nation*. Vancouver: University of British Columbia Press, 2008.

SMITH, Andrea. Native American Feminism, Sovereignty, and Social Change. *Feminist Studies*, v. 31, n. 1, p. 116-132, 2005.

STATISTICS CANADA. *2001 Census Analysis Series – A Profile of the Canadian Population: where we live*. Ottawa: Government of Canada, 2001.

STRUZIK, Ed. Things Change in 25 Years Says Anti-Pipeline Activist: Frank T'Seleie Is Now in Favor of a Pipeline along the Mackenzie. *Edmonton Journal*, 07 jul. 2001.

SUTTON, C. Gerald. Aboriginal Rights. In: WATKINS, Mel (ed.). *Dene Nation: the colony within*. Toronto: University of Toronto Press, 1977.

THORNTON, Thomas F. *Being and Place among the Tlingit*. Seattle: University of Washington Press, 2008.

USHER, Peter J. The Class System, Metropolitan Dominance, and Northern Development in Canada. *Antipode*, v. 8, n. 3, p. 28-32, 1976.

USHER, Peter J. The North: One Land, Two Ways of Life. In: McCANN, L. D. (ed.). *Heartland and Hinterland: a geography of Canada*. Scarborough, Ont.: Prentice-Hall, 1982a.

USHER, Peter J. Staple Production and Ideology in Northern Canada. In: MELODY, W. H.; SALTER, L.; HEYER, P. (eds.). *Culture, Communications and Dependency*. Norwood, N.J.: Ablex Publishing, 1982b.

USHER, Peter J. Northern Development, Impact Assessment, and Social Change. In: DICK, Noel; WALDRAM, James (eds.). *Anthropology, Public Policy and Native Peoples in Canada*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 1993.

USHER, Peter J. Environment, Race and Nation Reconsidered: reflections on Aboriginal land claims in Canada. *Canadian Geographer*, v. 47, n. 4, p. 365-382, 2003.

WIDDOWSON, Frances. Comentário sobre: KULCHYSKI, Peter. "With friends like this, aboriginal people don't need enemies". *Canadian Dimension*, 15 mar. 2010. Disponível em: http://canadiandimension.com. Acessado em 07 de agosto de 2026.

WIDDOWSON, Frances; HOWARD, Albert. *Disrobing the Aboriginal Industry: the deception behind Indigenous cultural preservation*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2007.

WOOLFORD, Andrew. *Between Justice and Certainty: treaty-making in British Columbia*. Vancouver: University of British Columbia Press, 2005.

ZOE, Sally Anne; CHOCOLAT, Madelaine; LEGAT, Allice. *Tlicho Nde: the importance of knowing*. Artigo de pesquisa não publicado preparado para o Dene Cultural Institute, Dogrib Treaty 11 Council e BHP Diamonds Inc., 1995.